

14 10 14

**INSTRUMENTO PARTICULAR DE ESCRITURA DA 1ª EMISSÃO DE DEBÊNTURES SIMPLES,  
NÃO CONVERSÍVEIS EM AÇÕES, DA ESPÉCIE COM GARANTIA REAL E COM GARANTIA  
FIDEJUSSÓRIA, EM SÉRIE ÚNICA, PARA DISTRIBUIÇÃO PÚBLICA COM ESFORÇOS  
RESTRITOS DE DISTRIBUIÇÃO, DA VIDEOLAR S.A.**

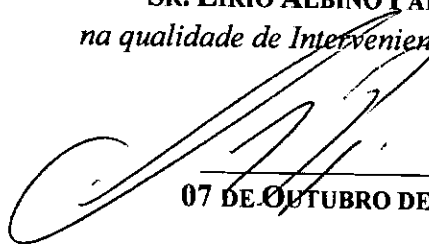
ENTRE

**VIDEOLAR S.A.**  
*como Emissora,*

**PENTÁGONO S.A. DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS**  
*representando a comunhão dos titulares*  
*adquirentes das debêntures objeto da presente emissão*

E

**SR. LIRIO ALBINO PARISOTTO**  
*na qualidade de Intervêniente Garantidor*



**07 DE OUTUBRO DE 2014**

**INSTRUMENTO PARTICULAR DE ESCRITURA DA 1ª EMISSÃO DE DEBÊNTURES SIMPLES,  
NÃO CONVERSÍVEIS EM AÇÕES, DA ESPÉCIE COM GARANTIA REAL E COM GARANTIA  
FIDEJUSSÓRIA, EM SÉRIE ÚNICA, PARA DISTRIBUIÇÃO PÚBLICA COM ESFORÇOS  
RESTRITOS DE DISTRIBUIÇÃO, DA VIDEOLAR S.A.**

Pelo presente instrumento, de um lado:

(a) **VIDEOLAR S.A.**, sociedade por ações, sem registro de companhia aberta perante a CVM – Comissão de Valores Mobiliários, com sede na Cidade de Manaus, Estado do Amazonas, na Avenida Açaí, nº 287, CEP: 69.075-020, inscrita no CNPJ/MF sob o n.º 04.229.761/0001-70, neste ato representada na forma de seu Estatuto Social (a “Videolar”, “Emissora” ou “Companhia”); e

De outro lado:

(b) **PENTÁGONO S.A. DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS**, instituição financeira com sede na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, na Avenida das Américas, 4200, bloco 08, ala B, salas 303 e 304, Barra da Tijuca, CEP 22640-102, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 17.343.682/0001-38, na qualidade de representante da comunhão dos interesses dos titulares das Debêntures da presente emissão (os “Debenturistas”), neste ato representada na forma de seu Estatuto Social (o “Agente Fiduciário”);

e, ainda, na qualidade de Interveniante Garantidor:

(c) **SR. LIRIO ALBINO PARISOTTO**, brasileiro, divorciado, empresário, portador da Cédula de Identidade R.G. no 32.661.388-2 SSP/SP, inscrito no C.P.F./M.F. sob no 057.653.581-87, domiciliado na Cidade de Manaus, no Estado do Amazonas, na Avenida Coronel Jorge Teixeira, nº 2691, apartamento 1402, Condomínio Piazza Bell Aqua, Bairro de Ponta Negra (o “Garantidor”);

vêm por meio deste firmar o presente “Instrumento Particular de Escritura da 1ª Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie com Garantia Real e com Garantia Fidejussória, em Série Única, para Distribuição Pública com Esforços Restritos de Distribuição da Videolar S.A.” (a “Escritura”), mediante as seguintes cláusulas e condições:

**CLÁUSULA I  
AUTORIZAÇÃO**



1.1. A presente Escritura é firmada com base (i) na deliberação da Assembleia Geral Extraordinária realizada em 11 de dezembro de 2013 (a "Primeira AGE"), e (ii) na deliberação da Assembleia Geral Extraordinária realizada em 6 de outubro de 2014 (a "Segunda AGE"), nas quais foram deliberadas as condições da Emissão, conforme disposto no artigo 59 da Lei nº 6.404 de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada (a "Lei das Sociedades por Ações").

## CLÁUSULA II REQUISITOS

Esta 1ª emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie com garantia real e com garantia fidejussória, em série única, para distribuição pública com esforços restritos de distribuição, da Emissora (a "Emissão") será realizada com observância dos seguintes requisitos:

### 2.1. Dispensa de Registro da Emissão Perante a Comissão de Valores Mobiliários e a ANBIMA – Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiros e de Capitais (a "ANBIMA")

2.1.1 A Emissão será realizada nos termos da Instrução da Comissão de Valores Mobiliários (a "CVM") nº 476, de 16 de janeiro de 2009, conforme alterada (a "Instrução CVM 476") e das demais disposições legais e regulamentares aplicáveis, estando, portanto, automaticamente dispensada do registro de distribuição de que trata o artigo 19 da Lei nº 6.385, de 7 de dezembro de 1976.

2.1.2 Não obstante o disposto no parágrafo primeiro, inciso (i) e parágrafo segundo do artigo 1º do novo "Código ANBIMA de Regulação e Melhores Práticas para as Ofertas Públicas de Distribuição e Aquisição de Valores Mobiliários", em razão da inexistência de diretrizes e regulamentação específicas para tanto pelo Conselho de Regulação e Melhores Práticas, nos termos do parágrafo primeiro do artigo 9º do referido código, as Debêntures serão registradas na Associação Brasileira das entidades dos Mercados Financeiros e de Capitais desde que expedidas as diretrizes específicas do Conselho de Regulação e Melhores Práticas até a data de envio à CVM da comunicação de encerramento da Emissão.

### 2.2. Arquivamento na Junta Comercial do Estado do Amazonas e Publicação da Ata de Assembleia Geral Extraordinária.

A ata da AGE, datada de 11 de dezembro de 2013 que deliberou a Emissão foi arquivada na JUCEA sob o nº 468650 em 26 de dezembro de 2013 e foi devidamente publicada no

Diário Oficial do Estado do Amazonas e no Jornal do Comércio (os “Jornais de Publicação”) em 7 de janeiro de 2014.

A ata da AGE, datada de 6 de outubro de 2014 será arquivada na JUCEA e publicada nos Jornais de Publicação.

### **2.3. Arquivamento da Escritura na JUCEA e Registro da Fiança**

2.3.1 Esta Escritura e eventuais aditamentos (os “Aditamentos”) serão arquivados na JUCEA, conforme disposto no artigo 62, inciso II, da Lei das Sociedades por Ações, sendo certo que 1 (uma) via original da presente Escritura e de seus Aditamentos deverão ser enviadas tempestivamente ao Agente Fiduciário após seu efetivo registro perante o Cartório de Títulos e Documentos mencionado na Cláusula 2.3.2 a seguir.

2.3.2 Em virtude da Fiança, estabelecida na Cláusula XI desta Escritura, a presente Escritura e seus Aditamentos deverão ser protocolizados em até 5 (cinco) Dias Úteis, contados de seu registro na JUCEA, no competente Cartório de Registro de Títulos e Documentos localizado na Cidade de Manaus, Estado do Amazonas e, simultaneamente, no competente Cartório de Registro de Títulos e Documentos localizado na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, na forma prevista na Lei n.º 6.015, de 31 de dezembro de 1973; sendo certo que uma original da presente Escritura e de seus eventuais aditamentos devidamente registrados em referidos cartórios deverão ser entregues ao Agente Fiduciário no prazo de 5 (cinco) Dias Úteis contados de seu efetivo registro no Cartório de Registro de Títulos e Documentos localizado na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro e no Cartório de Registro de Títulos e Documentos localizado na Cidade de Manaus, Estado do Amazonas.

### **2.4. Registro das Alienações Fiduciárias**

2.4.1 O Contrato de Alienação Fiduciária de Ações e o Contrato de Alienação Fiduciária de Imóvel (conforme definidos, respectivamente, nas alíneas “ii” e “iii” da Cláusula 4.16 a seguir), e seus eventuais aditamentos, deverão ser levados a registro, nos competentes Cartórios de Registro de Títulos e Documentos, conforme neles estabelecido, sendo certo que uma cópia de tais instrumentos e eventuais aditamentos devidamente registrados em referidos cartórios deverá ser entregue ao Agente Fiduciário, tempestivamente, após seu efetivo registro. Adicionalmente, a alienação fiduciária das ações deverá ser averbada no livro de registro de ações da Innova S.A. (conforme definida na Cláusula 3.7 a seguir), conforme estabelecido no Contrato de Alienação Fiduciária de Ações.

2.4.2. O Agente Fiduciário fica, desde já, autorizado e constituído de todos os poderes, de forma irrevogável e irretratável, para, em nome da Emissora, como seu bastante procurador,

a promover a averbação dos Instrumentos de Garantia, caso a Emissora não os faça, às expensas da Emissora, nos termos dispostos nos artigos 653, 684 e parágrafo 1º do artigo 661 do Código Civil, sem prejuízo da caracterização de ocorrência de descumprimento de obrigação não pecuniária pela Emissora.

## **2.5. Registro para Distribuição, Negociação e Custódia Eletrônica**

2.5.1 As Debêntures serão registradas para (a) distribuição pública no mercado primário por meio do MDA – Módulo de Distribuição de Ativos (o “MDA”), administrado e operacionalizado pela CETIP S.A. – Mercados Organizados (a “CETIP”), sendo a distribuição liquidada financeiramente através da CETIP; e (b) negociação, observado o disposto na Cláusula 2.5.2. a seguir, no mercado secundário por meio do Cetip21 - Títulos e Valores Mobiliários (o “Cetip21”), administrado e operacionalizado pela CETIP, sendo as negociações liquidadas financeiramente e as Debêntures custodiadas eletronicamente na CETIP.

2.5.2 Não obstante o descrito na Cláusula 2.5.1 acima, as Debêntures somente poderão ser negociadas entre Investidores Qualificados (conforme definido a seguir) depois de decorridos 90 (noventa) dias de sua subscrição ou aquisição pelo investidor, conforme disposto nos artigos 13 e 15 da Instrução CVM 476, e observado o cumprimento, pela Emissora, das disposições do artigo 17 da referida Instrução.

## **CLÁUSULA III CARACTERÍSTICAS DA EMISSÃO**

### **3.1. Objeto Social da Emissora**

De acordo com seu Estatuto Social, a Emissora tem como objeto social: (i) fabricação/injeção de componentes plásticos para montagem de fitas magnéticas, disquetes de computador e discos ópticos e suas respectivas embalagens; (ii) injeção de discos ópticos, virgens e com gravação digital de áudio, vídeo e informática; (iii) fabricação e/ou transformação de resinas plásticas em geral, tais como poliestireno, polipropileno, polietileno, policarbonato, poliacetal, PVC, PET entre outras; (iv) produção, edição, impressão e publicação de revistas e periódicos pertinentes ao ramo de áudio, vídeo e informática, e produção, edição e impressão de materiais gráficos integrantes ou não aos demais produtos; (v) fabricação de tampas plásticas e componentes plásticos para segmento farmacêutico e de cosméticos; (vi) montagem e fabricação de componentes eletrônicos e/ou de informática; (vii) importação, comércio e exportação de matérias primas, componentes bem como produtos de fabricação própria ou de terceiros, compreendidos no objeto social; (viii) venda ou empréstimo de equipamentos e/ou peças relacionadas à fabricação de tampas plásticas e componentes plásticos para o segmento farmacêutico e de cosméticos

(ix) gravação, duplicação e distribuição de filmes, videotapes, fitas magnéticas de áudio e vídeo, *Compact Discs*, *Digital Versatil Disc*, disquetes de computador de Blu-ray Disc; (x) tradução, versão legendagem e dublagem de obras musicais e cinematográficas; (xi) aquisição e cessão de direitos autorais sobre obras musicais, cinematográficas e programas para computador; (xii) locação de filmes, videotapes e *Compact Disc* (CD e CD-ROM) e *Digital Versatil Disc* (DVD e DVD-ROM); (xiii) pré-masterização e masterização de produtos compreendidos no objeto social; (xiv) criação de menus e “authoring” de *Digital Versatil Disc* (DVD e DVD-ROM); (xv) armazenagem e distribuição física de produtos diversos; e (xvi) assistência técnica para equipamentos e/ou peças relacionadas à fabricação de tampas plásticas e componentes plásticos para segmento farmacêutico e de cosméticos.

### **3.2. Número da Emissão**

3.2.1 A presente Escritura constitui a 1ª Emissão de Debêntures da Emissora.

### **3.3. Valor Total da Emissão**

3.3.1 O valor total da Emissão é de R\$300.000.000,00 (trezentos milhões de reais), na Data de Emissão.

### **3.4. Número de Séries**

3.4.1 A Emissão será realizada em série única.

### **3.5. Colocação e Procedimento de Distribuição**

3.5.1 As Debêntures serão objeto de distribuição pública com esforços restritos de distribuição (a “Oferta Restrita”), sob o regime de garantia firme de subscrição, para a totalidade das Debêntures, a ser prestada pela HSBC Corretora de Títulos e Valores Mobiliários S.A. (o “HSBC” ou “Coordenador Líder”), nos termos do “Contrato de Coordenação, Colocação e Distribuição Pública de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, em Série Única, da Espécie com Garantia Real e com Garantia Fidejussória, com Esforços Restritos de Distribuição, sob Regime de Garantia Firme de Colocação, da 1ª Emissão da Videolar S.A.” (o “Contrato de Distribuição”).

3.5.2 O plano de distribuição das Debêntures seguirá o procedimento descrito na Instrução CVM 476, conforme previsto no Contrato de Distribuição (o “Plano de Distribuição”). Para tanto, o Coordenador Líder poderá acessar no máximo 75 (setenta e cinco) Investidores Qualificados, sendo possível a subscrição ou aquisição por, no máximo,

50 (cinquenta) Investidores Qualificados, em conformidade com o artigo 2º da Instrução CVM 476.

3.5.3 O Coordenador Líder, com expressa e prévia anuência da Emissora, organizará plano de distribuição nos termos da Instrução CVM 476, tendo como público-alvo investidores qualificados, assim definidos nos termos do artigo 109 da Instrução CVM n.º 409, de 18 de agosto de 2004, conforme alterada (a “Instrução CVM 409”), observado ainda o disposto no artigo 4º da Instrução CVM 476.

- 3.5.3.1 Nos termos da Instrução CVM 476 e para fins da Oferta Restrita são considerados “Investidores Qualificados”: (i) todos os fundos de investimento serão considerados investidores qualificados, ainda que se destinem a investidores não qualificados; e (ii) as pessoas naturais e jurídicas mencionadas no inciso IV do artigo 109 da Instrução CVM 409 deverão subscrever ou adquirir, no âmbito da Oferta Restrita, Debêntures no montante mínimo de R\$1.000.000,00 (um milhão de reais).
- 3.5.3.2 Para efeito do disposto na Cláusula 3.5.2 acima, fundos de investimentos cujas decisões de investimento sejam tomadas pelo mesmo gestor serão considerados como um único investidor para os fins dos limites previstos nos itens 3.5.2 e 3.5.3 acima.
- 3.5.3.3 As Partes comprometem-se a não realizar a busca de investidores por meio de lojas, escritórios ou estabelecimentos abertos ao público, ou com a utilização de serviços públicos de comunicação, como a imprensa, o rádio, a televisão e páginas abertas ao público na rede mundial de computadores, nos termos da Instrução CVM 476.
- 3.5.3.4 A Emissora obriga-se a: (i) não contatar ou fornecer informações acerca da Oferta Restrita a qualquer investidor, exceto se previamente acordado com o Coordenador Líder; e (ii) informar ao Coordenador Líder até o Dia Útil imediatamente subsequente a ocorrência de contato que receba de potenciais investidores que venham a manifestar seu interesse na Oferta Restrita.
- 3.5.3.5 Não existirão reservas antecipadas, nem fixação de lotes mínimos ou máximos para a Emissão.
- 3.5.3.6 Não será constituído fundo de manutenção de liquidez e não será firmado contrato de estabilização de preços com relação às Debêntures.
- 3.5.3.7 Não será concedido qualquer tipo de desconto pelo Coordenador Líder aos Investidores Qualificados interessados em adquirir as Debêntures.

3.5.4 Para os fins do disposto no parágrafo 2º do artigo 14 e no artigo 24 da Instrução CVM nº 400 de 29 de dezembro de 2003, conforme alterada (a “Instrução CVM 400”), a Emissão e a Oferta Restrita não poderão ser aumentadas a critério da Emissora ou do Coordenador Líder.

### **3.6. Banco Liquidante e Escriturador Mandatário**

3.6.1 O banco liquidante e o escriturador mandatário da Emissão será o Banco Citibank S.A., instituição financeira inscrita no CNPJ/MF sob o nº33.479.023/0001-80, com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida Paulista, 1.111, 6º andar (respectivamente o “Banco Liquidante” e o “Escriturador Mandatário”).

### **3.7. Destinação dos Recursos**

3.7.1 Os recursos oriundos da captação por meio da Emissão de Debêntures serão destinados exclusivamente para o pagamento de parte do preço de aquisição da Innova S.A., sociedade anônima de capital fechado com sede na Cidade de Triunfo, Estado do Rio Grande do Sul, na Rodovia Tabai-Canoas, km 419, BR 386, Via de Contorno, 212, Complexo Básico, Polo Petroquímico, CEP 95853-000, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 01.999.166/0001-26 (a “Empresa Alvo” ou “Innova”).

## **CLÁUSULA IV CARACTERÍSTICAS DAS DEBÊNTURES**

### **4.1. Características Básicas**

4.1.1 **Data de Emissão:** Para todos os fins e efeitos, a data de Emissão das Debêntures será o dia 25 de outubro de 2014 (“Data de Emissão”).

4.1.2 **Conversibilidade e Forma:** As Debêntures serão emitidas sob a forma simples, não conversíveis em ações de emissão da Companhia, escriturais e nominativas, sem emissão de cautelas e certificados.

4.1.3 **Espécie:** As Debêntures serão da espécie com garantia real e com garantia fidejussória adicional.

4.1.4 **Prazo e Data de Vencimento:** As Debêntures terão prazo de vencimento de 6 (seis) anos contados da Data de Emissão, com vencimento final, portanto, em 25 de outubro de



2020 (a "Data de Vencimento"). Na respectiva Data de Vencimento, a Emissora se obriga a proceder à liquidação das Debêntures pelo saldo de seu Valor Nominal corrigido, acrescido da Remuneração, calculadas *pro rata temporis*, de acordo com o estabelecido na Cláusula 4.2.3 e 4.3.2. a seguir.

**4.1.5 Valor Nominal Unitário:** O valor nominal unitário das Debêntures será de R\$ 10.000,00 (dez mil reais), na Data de Emissão (o "Valor Nominal Unitário").

**4.1.6 Quantidade de Debêntures Emitidas:** Serão emitidas 30.000 (trinta mil) Debêntures.

## **4.2. Correção Cambial e Remuneração das Debêntures**

**4.2.1** O Valor Nominal Unitário das Debêntures será corrigido, desde a Data de Integralização (conforme definida a seguir) das Debêntures até a Data de Vencimento, pelo fator de variação da cotação de fechamento da taxa de venda de câmbio de reais por dólares dos Estados Unidos da América, disponível no Sisbacen - Sistema de Informações do Banco Central, transação PTAX800, opção 5(a "Taxa Cambial") e o produto da atualização agregar-se-á ao Valor Nominal Unitário para fins de cálculo do valor pecuniário de qualquer obrigação prevista nesta Escritura de Emissão.

**4.2.2** O cálculo para correção do Valor Nominal Unitário das Debêntures obedecerá a seguinte Fórmula:

$$VN_a = VN_e \times C$$

Onde:

$VN_a$  = Valor Nominal corrigido, calculado com 8 (oito) casas decimais, sem arredondamento.

$VN_e$  = Valor Nominal Unitário ou Saldo do Valor Nominal Unitário, calculado com 8 (oito) casas decimais, sem arredondamento.

$C$  = Fator resultante da variação do dólar comercial, calculado com 8 (oito) casas decimais, sem arredondamento, apurado da seguinte forma:

$$C = \frac{US_n}{US_0}$$

Onde:



US<sub>n</sub>= taxa de câmbio de fechamento, para venda, do dólar norte-americano, divulgada pelo BACEN, disponível no SISBACEN (transação PTAX800 - Opção 5), do Dia Útil imediatamente anterior a data de cálculo, informado com 4 (quatro) casas decimais.

US<sub>0</sub>= taxa de câmbio de fechamento, para venda, do dólar norte-americano, divulgada pelo BACEN, disponível no SISBACEN (transação PTAX800 - Opção 5), do Dia Útil imediatamente anterior à Data de Integralização das Debêntures, incorporação, amortização, o que ocorrer por último, informado com 4 (quatro) casas decimais.

**4.2.3 Remuneração das Debêntures.** Os encargos financeiros incidentes sobre o Valor Nominal Unitário corrigido das Debêntures, calculado na forma da Cláusula 4.2.2. desta Escritura, corresponderão a juros remuneratórios de 4,96% (quatro inteiros e noventa e seis centésimos por cento) ao ano, base 360 (trezentos e sessenta) dias e número de dias efetivamente corridos. Os juros remuneratórios serão calculados de forma linear, *pro rata temporis* por dias corridos, incidentes sobre o Valor Nominal Unitário corrigido não amortizado de cada Debênture, desde a Data de Integralização das Debêntures, e pagos ao final de cada Período de Capitalização (a "Remuneração das Debêntures"). O cálculo da Remuneração das Debêntures obedecerá à seguinte fórmula:

$$J = VN_a \times (\text{FatorJuros}-1)$$

onde:

J = valor dos juros devidos no final de cada Período de Capitalização, calculado com 8 (oito) casas decimais sem arredondamento;

VN<sub>a</sub> = valor nominal corrigido calculado com 8 (oito) casas decimais, sem arredondamento;

FatorJuros = fator de juros fixos calculado com 8 (oito) casas decimais, com arredondamento, apurado da seguinte forma:

$$\text{FatorJuros} = \left[ \left( \frac{\text{taxa}}{100} \times \frac{n}{N} \times \frac{DP}{DT} \right) \right]$$

Sendo:

taxa 4,9600%; e

N = 360 dias corridos;

n = Número de dia corridos entre a próxima Data de Pagamento da Remuneração e (a) a Data de Integralização, para o primeiro evento de juros, e (b) a Data de Pagamento da Remuneração anterior para os demais eventos;

DT = Número de dias corridos entre o último e o próximo evento de juros;

DP = Número de dias corridos entre o último evento de juros e data atual.

4.2.3.1 "Período de Capitalização": significa o intervalo de tempo que se inicia na Data de Integralização de Debêntures, inclusive, no caso do primeiro Período de Capitalização, ou na data prevista do pagamento da Remuneração imediatamente anterior, inclusive, nos casos dos demais Períodos de Capitalização, e termina na data prevista do Pagamento da Remuneração, conforme definido a seguir, exclusive, correspondente ao período. Cada Período de Capitalização sucede o anterior sem solução de continuidade.

4.2.3.2 No caso de indisponibilidade temporária, ausência de apuração ou divulgação pelo Banco Central da Taxa Cambial, ou ainda, no caso de sua extinção quando do pagamento de qualquer obrigação pecuniária prevista nesta Escritura, será utilizada aquela que for divulgada pelo Banco Central em sua substituição e, na falta desta, a taxa de câmbio adotada pela BM&F BOVESPA S.A. - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros para seus Contratos Futuros de Cupom Cambial.

4.2.3.3 Na hipótese de impossibilidade de utilização da Taxa Cambial por imposição legal, será utilizada aquela que for divulgada pelo Banco Central em sua substituição, se houver, e, (i) na falta desta ou no caso de vedação legal do uso de uma taxa cambial para o cálculo da correção cambial do Valor Nominal das Debêntures, ou (ii) na ausência de apuração e/ou divulgação pelo Banco Central da Taxa Cambial por prazo superior a 30 (trinta) dias após a data esperada para sua divulgação, o Agente Fiduciário deverá convocar Assembleia Geral de Debenturistas das Debêntures, a ser realizada no prazo máximo de 30 (trinta) dias, contados da data do evento que der causa à convocação da referida Assembleia Geral de Debenturistas para definir, de comum acordo com a Emissora, o parâmetro a ser aplicado, o qual deverá conter características semelhantes à forma de correção ora estabelecida. Até a deliberação desse parâmetro, e desde que não ocorra o vencimento de qualquer obrigação pecuniária, hipótese na qual aplica-se o disposto no item 4.2.3.2 acima, será utilizada, para o cálculo do valor de quaisquer obrigações previstas na presente Escritura, a última cotação de fechamento da taxa de venda de câmbio de reais por dólares norte-americanos divulgada pelo Banco Central.

4.2.4 Caso não haja acordo sobre a nova Remuneração das Debêntures entre a Emissora e os titulares de Debêntures representando no mínimo 75% (setenta e cinco por cento) das Debêntures em Circulação, conforme definido na Cláusula 9.2.2 desta Escritura, a Emissora

deverá resgatar a totalidade das Debêntures em Circulação, no prazo de 30 (trinta) dias contados da data da realização da respectiva Assembleia Geral de Debenturistas, pelo seu saldo do Valor Nominal Unitário acrescido da Remuneração das Debêntures, devida até a data do efetivo resgate, calculada *pro rata temporis*, a partir da Data de Integralização das Debêntures ou da data do último pagamento da Remuneração das Debêntures, conforme o caso. Nesta alternativa, para cálculo da Remuneração aplicável às Debêntures a serem resgatadas, será utilizado o procedimento estabelecido na Cláusula 4.2.3.2 acima.

#### 4.3. Pagamento da Remuneração

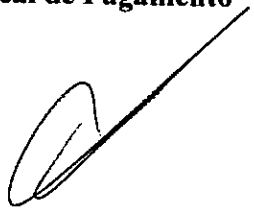
4.3.1. O pagamento da Remuneração das Debêntures será feito em parcelas semestrais e consecutivas, sem carência, contado da Data de Emissão, sendo os pagamentos realizados no dia 25 dos meses de outubro e abril de cada ano, ou, caso as datas aqui estabelecidas não sejam dias úteis, no primeiro dia útil imediatamente subsequente ao vencimento sendo o primeiro pagamento devido no dia 25 de abril de 2015 (cada um, um "Pagamento da Remuneração").

#### 4.4. Amortização do Valor Nominal Unitário

4.4.1. o Saldo do Valor Nominal Unitário corrigido das Debêntures será realizada em 9 (nove) parcelas, a serem pagas a partir do 24º (vigésimo quarto) mês contado a partir da Data de Emissão (inclusive), sendo o primeiro pagamento em 25 de outubro de 2016, devidas conforme a tabela a seguir:

Data da Amortização	Percentual do Valor Nominal Unitário corrigido das Debêntures a ser Amortizado
25 de outubro de 2016	11,1100%
25 de abril de 2017	12,5000%
25 de outubro de 2017	14,2900%
25 de abril de 2018	16,6700%
25 de outubro de 2018	20,0000%
25 de abril de 2019	25,0000%
25 de outubro de 2019	33,3300%
25 de abril de 2020	50,0000%
25 de outubro de 2020	Saldo

#### 4.5. Local de Pagamento



4.5.1. Os pagamentos a que fizerem jus os Debenturistas, nos termos das Cláusulas 4.2 e 4.3 desta Escritura, bem como aqueles relativos a quaisquer outros valores devidos nos termos da presente Escritura, serão efetuados no mesmo dia de seu vencimento utilizando-se, conforme o caso: (i) os procedimentos adotados pela CETIP, para as debêntures que estiverem custodiadas eletronicamente na CETIP; ou (ii) para os titulares de Debêntures da Emissão que não estejam custodiadas eletronicamente na CETIP, por meio do Banco Liquidante da presente Emissão.

#### **4.6. Prorrogação dos Prazos**

4.6.1. Considerar-se-ão automaticamente prorrogados os prazos referentes ao pagamento de qualquer obrigação por quaisquer das partes, até o 1º (primeiro) Dia Útil subsequente, se o vencimento coincidir com dia em que não houver expediente comercial ou bancário na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, sem nenhum acréscimo aos valores a serem pagos, ressalvados os casos cujos pagamentos devam ser realizados por meio da CETIP, hipótese em que somente haverá prorrogação quando a data de pagamento coincidir com feriado declarado nacional, sábado ou domingo.

#### **4.7. Encargos Moratórios e Multa**

4.7.1. Sem prejuízo do disposto na Cláusula VI a seguir, ocorrendo impontualidade no pagamento de qualquer quantia devida aos titulares das Debêntures, os débitos em atraso ficarão sujeitos a (i) juros de mora calculados desde a data do inadimplemento até a data do efetivo pagamento, pela taxa de 1% (um por cento) ao mês sobre o montante devido, independentemente de aviso, notificação ou interpelação judicial ou extrajudicial; e (ii) multa moratória convencional, irredutível e de natureza não compensatória, de 2% (dois por cento) sobre o valor devido e não pago.

#### **4.8. Decadência dos Direitos aos Acréscimos**

4.8.1. O não comparecimento do Debenturista para receber o valor correspondente a quaisquer das obrigações pecuniárias da Emissora, nas datas previstas nesta Escritura, ou em comunicado publicado pela Emissora, não lhe dará direito ao recebimento de remuneração e/ou encargos moratórios e/ou multa, conforme acima mencionados, no período relativo ao atraso no recebimento, sendo-lhe, todavia, assegurados os direitos adquiridos até a data do respectivo vencimento.

14 10 14

#### **4.9. Forma de Subscrição e Integralização**

4.9.1. As Debêntures serão subscritas e integralizadas em uma única data (a "Data de Integralização"), sendo a integralização será realizada à vista, no ato da subscrição, em moeda corrente nacional, de acordo com as normas de liquidação aplicáveis à CETIP pelo Preço de Subscrição (conforme definido a seguir).

#### **4.10. Preço de Subscrição**

4.10.1. As Debêntures serão subscritas e integralizadas pelo seu Valor Nominal Unitário (o "Preço de Subscrição").

#### **4.11. Repactuação**

4.11.1. Não haverá repactuação das Debêntures.

#### **4.12. Publicidade**

4.12.1. Todos os atos e decisões a serem tomados decorrentes desta Emissão que, de qualquer forma, vierem a envolver interesses dos Debenturistas, deverão ser obrigatoriamente comunicados na forma de avisos, nos Jornais de Publicação, bem como na página da Emissora na rede internacional de computadores – internet: <http://videolar.com.br>, no link "Institucional".

#### **4.13. Comprovação de Titularidade das Debêntures**

4.13.1. A Emissora não emitirá certificados de Debêntures. Para todos os fins de direito, a titularidade das Debêntures será comprovada pelo extrato emitido pelo Escriturador Mandatário. Adicionalmente, será reconhecido como comprovante de titularidade das Debêntures, o extrato, expedido pela CETIP, em nome do Debenturista, quando esses títulos estiverem custodiados eletronicamente na CETIP.

#### **4.14. Imunidade de Debenturistas**

4.14.1 Caso qualquer Debenturista goze de algum tipo de imunidade ou isenção tributária, este deverá encaminhar ao Banco Liquidante, no prazo mínimo de 10 (dez) Dias Úteis antes

da data prevista para recebimento de quaisquer valores relativos às Debêntures, documentação comprobatória dessa imunidade ou isenção tributária, sob pena de ter descontados dos seus rendimentos os valores devidos nos termos da legislação tributária em vigor.

#### 4.15. Garantias

As Debêntures contarão com as garantias relacionadas a seguir (as "Garantias"), a serem formalizadas por meio de instrumentos específicos e individualizados, os quais estabelecerão em detalhes os procedimentos necessários para a constituição das mesmas (os "Instrumentos de Garantia"):

- (i) Garantia Fidejussória: (a) As Debêntures contarão com garantia de fiança do Sr. Lirio Albino Parisotto, na qualidade de devedor solidário de todas as obrigações pecuniárias, assumidas pela Emissora nesta Escritura, nos termos da Cláusula XI desta Escritura (a "Fiança"); e (b) As Debêntures contarão ainda com garantia fidejussória da Innova S.A. (a "Garantia Fidejussória Adicional"), a ser constituída e devidamente formalizada na forma de aditamento à presente escritura, em até 90 (noventa) dias da liquidação financeira da Debêntures;
- (ii) Alienação Fiduciária de Ações da Innova S.A.: A Emissora, obriga-se a alienar aos Debenturistas, representados pelo Agente Fiduciário, de forma conjunta e indivisível, a propriedade fiduciária e a posse indireta de ações representativas do capital social na Innova que consideradas conjuntamente, perfazem nesta data o montante de R\$390.000.000,00 (trezentos e noventa milhões de reais), correspondendo a 130% (cento e trinta por cento) do Valor Total da Emissão, todas livres e desembaraçadas de quaisquer ônus, encargos ou pendências judiciais ou extrajudiciais de qualquer natureza, de exclusiva propriedade da Emissora, conforme previsto no Instrumento Particular de Alienação Fiduciária de Ações em Garantia e Outras Avenças, a ser celebrado até a data de assinatura desta Escritura (o "Contrato de Alienação Fiduciária de Ações"); e
- (iii) Alienação Fiduciária de Imóvel: A Emissora concorda em alienar fiduciariamente o domínio útil do imóvel, localizado na Cidade de Barueri, Estado de São Paulo, objeto do Registro nº 06/95.744, datado de 31 de outubro de 2000 da Matrícula nº 95744 do Oficial de Registro de Imóveis, Títulos e Documentos e Civil de Pessoa Jurídica da Comarca de Barueri, Estado de São Paulo, a ser constituída pela Emissora em favor do Agente Fiduciário na qualidade de representante dos Debenturistas, nos termos do respectivo contrato de alienação fiduciária de imóvel em garantia (o "Contrato de Alienação Fiduciária de Imóvel").

**CLÁUSULA V**  
**RESGATE ANTECIPADO**  
**E AQUISIÇÃO FACULTATIVA**

14 10 14  
JREH

**5.1. Resgate Antecipado e Amortização Extraordinária**

5.1.1 As debêntures não serão objeto de resgate antecipado ou amortização extraordinária.

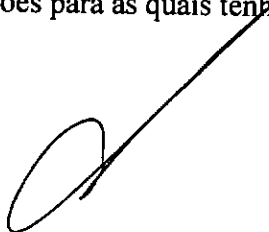
**5.2. Aquisição Facultativa**

5.2.1 A Emissora poderá, a qualquer tempo, adquirir Debêntures em Circulação, observado o disposto no parágrafo 2º do artigo 55 da Lei das Sociedades por Ações. As Debêntures adquiridas pela Emissora poderão ser canceladas, permanecer na tesouraria da Emissora, ou ser novamente colocadas no mercado. As Debêntures adquiridas pela Emissora para permanência em tesouraria nos termos desta Cláusula, se e quando recolocadas no mercado, farão jus à mesma Remuneração das demais Debêntures em Circulação.

**CLÁUSULA VI**  
**VENCIMENTO ANTECIPADO**

6.1 O Agente Fiduciário poderá declarar antecipadamente vencidas todas as obrigações constantes desta Escritura e exigir o imediato pagamento pela Emissora do Valor Nominal Unitário corrigido das Debêntures em Circulação, acrescidos das respectivas Remunerações devidas até a data do seu efetivo pagamento, na ocorrência de uma ou mais das seguintes hipóteses (os "Eventos de Vencimento Antecipado"):

- (a) não pagamento, pela Emissora e/ou pelo Garantidor, no prazo de 2 (dois) Dias Úteis após a data em que tal pagamento tornar-se exigível, de qualquer obrigação pecuniária relacionada as Debêntures e em especial aquelas referentes ao pagamento do principal, remuneração e demais encargos pactuados nas Debêntures;
- (b) descumprimento pela Emissora e/ou pelo Garantidor de qualquer obrigação não pecuniária relacionada às Debêntures prevista nesta Escritura, não sanada no prazo de 30 (trinta) dias da comunicação do referido descumprimento: (i) pela Emissora ao Agente Fiduciário, ou (ii) pelo Agente Fiduciário, pelos Debenturistas e/ou pelo Fiador, dos dois o que ocorrer primeiro, sendo que esse prazo não se aplica às obrigações para as quais tenha sido estipulado prazo específico;





- (c) provarem-se falsas ou revelarem-se incorretas ou enganosas, na data em que foram prestadas, quaisquer das declarações ou garantias prestadas pela Emissora, durante a vigência das Debêntures, inclusive, mas não se limitando a, as declarações ou garantias prestadas nos documentos relacionados à Emissão;
- (d) extinção, liquidação ou dissolução da Emissora e/ou de qualquer das suas Controladas Relevantes;
- (e) insolvência ou pedido de autofalência da Emissora, e/ou qualquer de suas Controladas Relevantes ou pedido de falência da Emissora e/ou de qualquer de suas Controladas Relevantes, não elidido no prazo legal;
- (f) morte, interdição, prisão, declaração de incapacidade, declaração de insolvência do Garantidor, exceto se, cumulativamente, (i) a Emissora propor ao Agente Fiduciário o reforço e/ou substituição da Fiança outorgada nos termos da Cláusula XI desta Escritura, no prazo de até 10 (dez) Dias Úteis contados da ciência da Emissora acerca da ocorrência de qualquer tal evento; (ii) Debenturistas que representem 75% (setenta e cinco por cento) das Debêntures em Circulação não rejeitem a substituição ou reforço em questão em Assembleia Geral de Debenturistas a ser convocada especificamente para esse fim pelo Agente Fiduciário; e (iii) formalização do reforço ou substituição da Fiança na forma proposta pela Emissora, em até 15 (quinze) Dias Úteis contados da notificação do Agente Fiduciário à Emissora acerca da aceitação do reforço e/ou substituição em questão;
- (g) pedido por parte da Emissora, e/ou por qualquer de suas Controladas Relevantes, de qualquer plano de recuperação judicial ou extrajudicial a qualquer credor ou classe de credores, independentemente de ter sido requerida ou obtida homologação judicial do referido plano, ou se a Emissora ou qualquer de suas Controladas Relevantes, ingressar em juízo com requerimento de recuperação judicial, independentemente de deferimento do processamento da recuperação ou de sua concessão pelo juiz competente;
- (h) distribuição de dividendos, pagamento de juros sobre o capital próprio ou a realização de quaisquer outros pagamentos a seus acionistas, pela Emissora, caso a Emissora estejam em mora com qualquer de suas obrigações estabelecidas nesta Escritura, ressalvado, entretanto, o pagamento do dividendo mínimo obrigatório previsto no artigo 202 da Lei das Sociedades por Ações;
- (i) transformação da Emissora em sociedade limitada, nos termos dos artigos 220 a 222 da Lei das Sociedades por Ações;

- (j) não cumprimento de qualquer decisão transitada em julgado contra a Emissora e/ou contra qualquer de suas Controladas, em valor unitário ou agregado superior a R\$5.000.000,00 (cinco milhões de reais);
- (k) deliberação de redução do capital social da Emissora existente na Data de Emissão, exceto: (i) nos casos de redução de capital realizada com o objetivo de absorver prejuízos, nos termos do artigo 173 e 174 da Lei das Sociedades por Ações; (ii) se em conexão com cisão para constituição de nova sociedade cujo controle majoritário direto ou indireto será detido pela Emissora e/ou pelo acionista controlador da Emissora; e/ou (iii) se previamente autorizado pelos titulares de Debêntures representando 75% (setenta e cinco por cento) das Debêntures em Circulação reunidos em Assembleia Geral de Debenturistas;
- (l) inadimplemento de quaisquer obrigações financeiras a que esteja sujeita a Emissora e/ou qualquer de suas Controladas, no mercado local ou internacional em valor, individual ou agregado, superior a R\$5.000.000,00 (cinco milhões de reais), não sanado em até 10 (dez) dias corridos, caso não exista um prazo de cura pré-estabelecido no instrumento relativo à obrigação financeira em questão, exceto se referida obrigação financeira se encontrar em negociação de boa-fé entre a Emissora e o respectivo credor;
- (m) declaração de vencimento antecipado de quaisquer contratos financeiros celebrados pela Emissora, pelo Garantidor e/ou por qualquer de suas Controladas Relevantes, no mercado local ou internacional em valor, individual ou agregado, superior a R\$5.000.000,00 (cinco milhões de reais) ou valor equivalente em outras moedas;
- (n) protesto de títulos contra a Emissora e/ou qualquer de suas Controladas em valor individual ou agregado superior a R\$5.000.000,00 (cinco milhões de reais), por cujo pagamento a Emissora, o Garantidor ou qualquer de suas Controladas Relevantes seja responsável, salvo se, no prazo de 10 (dez) Dias Úteis contados do referido protesto, seja validamente comprovado pela Emissora, pelo Garantidor ou por qualquer de suas Controladas Relevantes, conforme o caso, que (i) o protesto foi efetuado por erro ou má-fé de terceiros; (ii) o protesto for cancelado, ou ainda, (iii) forem prestadas garantias em juízo;
- (o) transferência ou qualquer forma de cessão ou promessa de cessão a terceiros, pela Emissora e/ou Garantidor das obrigações assumidas nesta Escritura, sem a prévia anuência dos Debenturistas que representem 75% (setenta e cinco por cento) das Debêntures em Circulação, reunidos em Assembleia Geral de Debenturistas especialmente convocada para este fim;
- (p) ocorrência de incorporação da Emissora por quaisquer terceiros, e/ou realização de incorporação de ações da Emissora e/ou de suas Controladas Relevantes, de fusão,

cisão ou qualquer forma de reorganização societária envolvendo a Emissora e/ou suas Controladas que não tenha sido previamente aprovada pelos Debenturistas que representem 75% (setenta e cinco por cento) das Debêntures em Circulação, reunidos em Assembleia Geral de Debenturistas especialmente convocada para esse fim, exceção feita a operações que envolvam exclusivamente subsidiárias da Emissora existentes nesta data ou que venham a ser criadas durante a vigência desta Escritura;

- (q) ocorrência de qualquer alteração na composição do quadro de acionistas da Emissora, ou qualquer venda, cessão ou outra transferência, direta ou indireta, de ações do capital social da Emissora em qualquer operação isolada ou qualquer série de operações que resultem em que o Garantidor deixe de ser o detentor do controle acionário, direto ou indireto, e/ou das demais empresas do mesmo grupo econômico da Emissora, sem o prévio consentimento de Debenturistas que representem 75% (setenta e cinco por cento) das Debêntures em Circulação, reunidos em Assembleia Geral de Debenturistas especialmente convocada para esse fim considerando-se como "controle acionário" o significado estabelecido pelo artigo 116 da Lei das Sociedades Por Ações, salvo se a alteração no quadro de acionistas da Emissora ocorrer dentro do mesmo grupo econômico;
- (r) não cumprimento de qualquer decisão administrativa contra a qual não seja obtido efeito suspensivo dentro do prazo legal para que seja cumprido e que possa, comprovadamente, impactar de maneira significativa as condições econômicas, financeiras e/ou operacionais da Emissora e/ou das demais empresas do mesmo grupo econômico da Emissora e que possa afetar a capacidade da Emissora de efetuar os pagamentos previstos nesta Escritura;
- (s) mudanças ou alteração ao objeto social da Emissora e/ou das demais empresas do grupo econômico da Emissora que resultem na inclusão de atividades não correlatas aos setores de atuação da Emissora no ano imediatamente anterior, sem o prévio consentimento de Debenturistas que representem 75% (setenta e cinco por cento) das Debêntures em Circulação, reunidos em Assembleia Geral de Debenturistas especialmente convocada para esse fim;
- (t) não renovação, cancelamento, revogação ou suspensão das autorizações e licenças, inclusive as ambientais, necessárias para o regular exercício das atividades desenvolvidas pela Emissora e/ou pelas demais empresas do mesmo grupo econômico da Emissora e que possam impactar adversamente as condições econômicas, financeiras e/ou operacionais da Emissora e/ou das demais empresas do mesmo grupo econômico da Emissora, exceto se, dentro do prazo de 30 (trinta) dias a contar da data de tal não renovação, cancelamento, revogação ou suspensão a Emissora e/ou as demais empresas do mesmo grupo econômico da Emissora, conforme o caso, comprovar a existência de provimento jurisdicional autorizando a

regular continuidade das atividades da Emissora e/ou das demais empresas do mesmo grupo econômico da Emissora até a renovação ou obtenção da referida licença ou autorização;

- (u) caso quaisquer das Garantias previstas nesta Escritura não sejam devidamente registradas e/ou formalizadas nos prazos estabelecidos nos respectivos Contratos de Garantia;
- (v) caso não haja o reforço de quaisquer das Garantias, nos termos e nas hipóteses previstas nos Contratos de Garantia, conforme aplicável;
- (w) se, durante a vigência desta Escritura, a Emissora, o Garantidor e/ou qualquer de suas Controladas, direta ou indiretamente, tentar ou praticar qualquer ato visando anular, questionar, revisar, cancelar ou repudiar, por meio judicial ou extrajudicial, a Escritura, os Contratos de Garantia ou qualquer das cláusulas de documentos relativos às Debêntures;
- (x) se, durante a vigência desta Escritura, for constituída ou prestada pela Companhia qualquer garantia (real ou fidejussória), cessão fiduciária, alienação fiduciária, penhora, arrolamento, arresto, sequestro, expropriação, nacionalização, desapropriação, penhor, hipoteca, usufruto, arrendamento, vinculação de bens, concessão de privilégio ou preferência ou qualquer outro ônus real, gravame ou direito real de garantia (os "Gravames") sobre os bens e/ou direitos da Emissora e/ou do Garantidor existentes na Data de Emissão e sobre os quais não recaia na Data de Emissão quaisquer Gravames, sem a prévia e expressa anuência dos Debenturistas que representem 75% (setenta e cinco por cento) das Debêntures em Circulação, exceto se tais Gravames forem constituídos(i) em operações cuja existência, ainda que em processo de negociação, tenha sido informada pela Emissora ao Coordenador Líder até a data de assinatura da presente Escritura de Emissão; (ii) operações de financiamento e/ou empréstimo contratadas diretamente com o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES e/ou outras instituições governamentais ou órgãos multilaterais de fomento; (iii) em operações relacionadas à aquisição da Innova; (iv) operações de financiamento de importações; (v) operações de financiamento de exportações; (vi) operações de financiamento de capital de giro com prazo de duração de até 360 (trezentos e sessenta) dias contados da data de sua contratação; e/ou (vii) empréstimos e ou financiamentos cujos recursos sejam destinados à aquisição de bens de capital, no que se refere à constituição de Gravames sobre os bens de capital adquiridos com os referidos recursos;
- (y) descumprimento da destinação dos recursos captados por meio da Emissão;

(z) comprovação de que quaisquer declarações prestadas pela Emissora e/ou pelo Garantidor em qualquer dos documentos relacionados à Oferta Restrita são falsas, incorretas ou enganosas;

(aa) descumprimento dos seguintes *covenants* financeiros (os “Índices Financeiros”), que deverão ser verificados anualmente, com base nas demonstrações financeiras combinadas da Emissora e da Innova, por empresa de auditoria registrada na CVM, incluindo em seu parecer relatório quanto ao cumprimento, observado que a primeira aferição será realizada com base nas demonstrações financeiras do exercício social a ser encerrado em 31 de dezembro de 2014:

<i>Covenants</i>		2014	2015	2016	2017	2018	2019
Dívida Financeira Líquida /EBITDA	< ou =	4,0 vezes	4,0 vezes	4,0 vezes	3,0 vezes	3,0 vezes	2,5 vezes

<i>Covenants</i>		2014	2015	2016	2017	2018	2019
Dívida Total /Patrimônio Líquido	<	1,5 vezes	1,5 vezes	1,5 vezes	1,0 vez	1,0 vez	1,0 vez

(bb) Não constituição da Garantia Fidejussória Adicional, pela Innova S.A., em até 90 (noventa) dias da liquidação financeira das Debêntures, conforme definido no item 4.15 (i) (b).

6.1.1 Para fins da presente cláusula, o termo (i) “Controlada” significa qualquer das sociedades controladas pela Emissora, considerando-se a definição de controle do artigo 116 da Lei das Sociedades por Ações; e (ii) “Controlada Relevante” significa as Controladas cuja parcela do patrimônio líquido correspondente ao percentual da Emissora, direta ou indiretamente, no capital social da respectiva Controlada, seja igual ou superior ao valor correspondente a 5% (cinco por cento) do patrimônio líquido da Emissora no encerramento do ano civil imediatamente anterior, em base consolidada.

6.1.2 Os valores a que se referem os itens (i), (k), (l) e (m) serão reajustados monetariamente, a cada ano partir da data da Escritura, pela variação acumulada do IPCA - Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo, divulgado pelo IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.

6.1.3 Para os fins de que trata esta Escritura, os eventos previstos nas alíneas “a”, “d”, “e”, “f”, “g”, “i”, “k”, “m”, “o”, “p”, “q”, “s”, “x” e “bb” da Cláusula 6.1. acima serão

hipóteses de vencimento antecipado automático das Debêntures, independente de qualquer consulta aos titulares das Debêntures, aviso ou notificação judicial ou extrajudicial, eventos estes que deverão ser informados ao Agente Fiduciário pela Emissora ou pelos Debenturistas no prazo de 05 (cinco) Dias Úteis. Neste caso, o Agente Fiduciário deverá declarar vencidas todas as obrigações decorrentes das Debêntures e exigir o pagamento do que for devido. Ocorrendo os demais eventos previstos nas alíneas da Cláusula 6.1. acima, a data de vencimento antecipado das Debêntures será a data em que se realizar a Assembleia Geral de Debenturistas de que trata a Cláusula 6.1.4 a seguir, se tal assembleia aprovar o vencimento antecipado das Debêntures. Na hipótese de ocorrência simultânea de eventos correspondentes às hipóteses de vencimento antecipado automático e de hipóteses de vencimento antecipado não automático o Agente Fiduciário deverá declarar vencidas todas as obrigações decorrentes das Debêntures e exigir o pagamento do que for devido.

6.1.4 Na ocorrência de quaisquer dos eventos previstos na Cláusula 6.1. acima, com exceção dos eventos previstos nas alíneas "a", "d", "e", "f", "g", "i", "k", "m", "o", "p", "q", "s" e "x" da Cláusula 6.1. acima, o Agente Fiduciário deverá convocar, em até 05(cinco) Dias Úteis contados da data em que tiver ciência do referido evento, respeitado o período de cura, conforme o caso, Assembleia Geral de Debenturistas para deliberar sobre a eventual declaração do vencimento antecipado das Debêntures.

6.1.5. Na Assembleia Geral de Debenturistas mencionada na Cláusula 6.1.4 acima, que será instalada observadas as disposições da Cláusula Nona desta Escritura, os Debenturistas poderão optar, por deliberação de Debenturistas que representem, no mínimo, 75% (setenta e cinco por cento) das Debêntures em Circulação, por não declarar antecipadamente vencidas as Debêntures.

6.1.6. Na hipótese (i) de não instalação da Assembleia Geral de Debenturistas mencionada na Cláusula 6.1.4 acima, por falta de quorum, ou (ii) de não ser aprovado o exercício da faculdade prevista na Cláusula 6.1.5 acima por Debenturistas que representem, no mínimo, 75% (setenta e cinco por cento) das Debêntures em Circulação, o Agente Fiduciário deverá declarar o vencimento antecipado das Debêntures.

6.1.6.1. Em caso de declaração do vencimento antecipado das Debêntures pelo Agente Fiduciário, a Emissora obriga-se a efetuar o pagamento do saldo devedor do Valor Nominal Unitário corrigido das Debêntures em Circulação, acrescidos das respectivas Remunerações, calculadas *pro rata temporis* desde a Data de Integralização das Debêntures, ou da última Data de Pagamento da Remuneração, conforme o caso, até a data do efetivo pagamento, e de quaisquer outros valores eventualmente devidos pela Emissora nos termos desta Escritura, em 5 (cinco) Dias Úteis contados da comunicação por escrito a ser enviada pelo Agente Fiduciário à Emissora. O Agente Fiduciário encaminhará tal notificação em até 1 (um) Dia Útil contado da Data de Vencimento Antecipado, nos termos desta Cláusula Sexta.

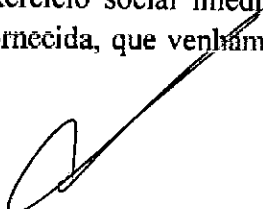
14 10 14

**CLÁUSULA VII**  
**OBRIGAÇÕES ADICIONAIS DA EMISSORA**

1009

7.1. Observadas as demais obrigações previstas nesta Escritura, enquanto o saldo devedor do Valor Nominal Unitário das Debêntures não for integralmente pago, a Emissora obriga-se, ainda, sempre que solicitada, a:

- (a) fornecer ao Agente Fiduciário:
  - a.1 após 90 (noventa) dias corridos após o término de cada exercício social, ou na data de sua divulgação, o que ocorrer primeiro, (a) cópia de suas demonstrações financeiras completas relativas ao exercício social então encerrado, acompanhadas de parecer dos auditores independentes, caso não estejam disponíveis na CVM, (b) da memória de cálculo dos Índices Financeiros previsto na alínea (y) do item 6.1 acima, contendo todas as rubricas necessárias para a obtenção de tais Índices Financeiros devidamente auditados pelos auditores independentes contratados pela Emissora, sob pena de impossibilidade de acompanhamento dos respectivos Índices Financeiros pelo Agente Fiduciário, podendo este solicitar à Emissora e/ou aos seus auditores independentes todos os eventuais esclarecimentos adicionais que se façam necessários, e (c) além de declaração assinada por representante da Emissora atestando o cumprimento das obrigações dispostas na presente Escritura;
  - a.2 em até 10 (dez) dias contados do recebimento de solicitação, qualquer informação relacionada com a presente Emissão que lhe venha a ser solicitada pelo Agente Fiduciário, em relação à qual não exista prazo específico estabelecido nesta Escritura, na medida em que o fornecimento de tais informações não seja vedado por legislação a que a Emissora ou seu grupo econômico estejam sujeitos;
  - a.3 informações a respeito da ocorrência de qualquer dos eventos indicados na Cláusula Sexta acima, no prazo de 03 (três) Dias Úteis após seu conhecimento pela Emissora; e
  - a.4 informar e enviar em até 30 (trinta) dias contados da solicitação pelo Agente Fiduciário os documentos necessários à realização do relatório anual, elaborado conforme alínea "I" da Cláusula 8.4.1. desta Escritura, os quais deverão incluir o organograma, todos os dados financeiros e atos societários, conforme Instrução CVM 28 (conforme definida a seguir) referentes ao exercício social imediatamente anterior àquele em que a informação seja fornecida, que venham a ser solicitados pelo Agente Fiduciário, nos termos



da legislação aplicável. O organograma do grupo societário da Emissora deverá conter, inclusive, controladores, controladas, sociedades sob controle comum, coligadas e sociedades integrantes do bloco de controle.

- (b) proceder à adequada publicidade de suas informações econômico-financeiras, nos termos da Lei das Sociedades por Ações;
- (c) manter a sua contabilidade atualizada e efetuar os respectivos registros de acordo com os princípios contábeis geralmente aceitos no Brasil;
- (d) convocar, nos termos do Cláusula 9.1.1 desta Escritura, Assembleias Gerais de Debenturistas para deliberar sobre qualquer das matérias que direta ou indiretamente se relacione com a presente Emissão, caso o Agente Fiduciário deva fazer, nos termos da presente Escritura, mas não o faça;
- (e) cumprir todas as determinações emanadas da CVM, se for o caso, inclusive mediante envio de documentos, prestando, ainda, as informações que lhe forem solicitadas por aquela autarquia e/ou pela CETIP;
- (f) atender de modo eficiente os Debenturistas representados pelo Agente Fiduciário;
- (g) comunicar ao Agente Fiduciário, ao Coordenador Líder e autoridades cabíveis no prazo de até 10 (dez) Dias Úteis após seu recebimento (i) cópia de qualquer correspondência ou notificação judicial recebida pela Emissora e/ou suas controladas, controladoras, sociedades sob controle comum, coligadas que possa ter ou causar um efeito adverso relevante nas condições financeiras, econômicas, comerciais, operacionais, regulatórias ou societárias ou nos negócios da Emissora e/ou no cumprimento, pela Emissora, de suas obrigações decorrentes desta Escritura e das Debêntures, no todo ou em parte (em conjunto, o “Efeito Adverso Relevante”); e (ii) informações sobre qualquer evento que possa ter ou causar um Efeito Adverso Relevante;
- (h) não praticar qualquer ato em desacordo com seu Estatuto Social e/ou esta Escritura;
- (i) aplicar os recursos obtidos por meio da Emissão das Debêntures estritamente conforme descrito na Cláusula 3.7 acima e comunicar em até 3 (três) Dias Úteis ao Agente Fiduciário qualquer ocorrência que importe em modificação da utilização dos recursos;
- (j) manter válidas e regulares as licenças ambientais relevantes pertinentes às suas atividades, bem como cumprir todas as exigências técnicas nelas estabelecidas, exceto no que se referir a licenças cuja perda, revogação ou cancelamento não possa



resultar em impacto adverso relevante para as atividades da Emissora ou para a sua capacidade em honrar as obrigações relativas às Debêntures;

- (k) exceto com relação àqueles pagamentos que estejam sendo questionados pela Emissora na esfera judicial ou administrativa, manter em dia o pagamento de todos os tributos devidos às Fazendas Federal, Estadual ou Municipal;
- (l) contratar e manter contratados, às suas expensas, os prestadores de serviços inerentes às obrigações previstas nesta Escritura, incluindo o Agente Fiduciário, o Banco Mandatário e o sistema de negociação das Debêntures no mercado secundário (Cetip21);
- (m) cumprir, em todos os aspectos materiais, todas as leis, regras, regulamentos e ordens aplicáveis, em qualquer jurisdição na qual realize negócios ou possua ativos;
- (n) preparar demonstrações financeiras de encerramento de exercício e, se for o caso, demonstrações consolidadas, em conformidade com a Lei das Sociedades Anônimas, e com as regras emitidas pela CVM;
- (o) observar as disposições da Instrução CVM n.º 358, de 3 de janeiro de 2002, conforme alterada (a “Instrução CVM 358”) no tocante a dever de sigilo e vedações à negociação, bem como divulgar em sua página na rede mundial de computadores a ocorrência de fato relevante, conforme definido pelo art. 2º da Instrução CVM 358, comunicando imediatamente ao Agente Fiduciário e ao Coordenador Líder;
- (p) submeter suas demonstrações financeiras a auditoria, por auditor independente registrado na CVM;
- (q) divulgar suas demonstrações financeiras, acompanhadas de notas explicativas e parecer dos auditores independentes, em sua página na rede mundial de computadores, dentro de 3 (três) meses contados do encerramento do exercício social;
- (r) manter os documentos mencionados no item (q) acima em sua página na rede mundial de computadores, por um prazo de 3 (três) anos;
- (s) encaminhar ao Agente Fiduciário cópias das atas de assembleias gerais que deliberem a respeito de matérias relacionadas à Emissão e que de alguma forma envolvam o interesse dos Debenturistas, no prazo de 30 (trinta) Dias Úteis contados da data em que forem publicados ou, se não forem publicados, da data em que forem realizados;

- (t) não divulgar ao público informações referentes à Emissora, à Emissão ou às Debêntures, em desacordo com o disposto na regulamentação aplicável, incluindo, mas não se limitando, ao disposto na Instrução CVM 476 e no artigo 48 da Instrução CVM 400;
- (u) abster-se de negociar valores mobiliários de sua emissão, até o envio da comunicação de encerramento da Oferta à CVM (a “Comunicação de Encerramento”), salvo nas hipóteses previstas no inciso II do artigo 48 da Instrução CVM 400;
- (v) abster-se, até o envio da Comunicação de Encerramento à CVM, de (a) revelar informações relativas à Emissão, exceto aquilo que for necessário à consecução de seus objetivos, advertindo os destinatários sobre o caráter reservado da informação transmitida e (b) utilizar as informações referentes à Emissão, exceto para fins estritamente relacionados com a preparação da Emissão;
- (w) manter as Debêntures registradas para negociação no mercado secundário durante todo o prazo de vigência das Debêntures, arcando com os custos do referido registro;
- (x) não realizar operações fora do seu objeto social, observadas as disposições estatutárias, legais e regulamentares em vigor;
- (y) conduzir todas as operações com partes relacionadas, em valores de mercados equitativos;
- (z) autorizar o Coordenador Líder, nos limites da legislação em vigor, a divulgar os termos da Emissão, inclusive *marketing* com o logo da Emissora, por qualquer meio;
- (aa) prestar informações verdadeiras, consistentes, corretas e suficientes, permitindo aos Investidores Qualificados uma tomada de decisão fundamentada a respeito da Emissão;
- (bb) conjuntamente com suas coligadas, controladas ou sociedade sob controle comum, apresentar documentos que não contenham impropriedades que possam prejudicar a regularidade da Emissão;
- (cc) realizar a manutenção de toda a estrutura de contratos e demais acordos existentes e relevantes, os quais dão a ela ou qualquer controlada, direta ou indireta, condição fundamental de funcionamento;

- (dd) tomar todas as medidas necessárias para: (i) preservar todos os seus direitos, títulos de propriedade, e ativos necessários para continuar conduzindo seus negócios e os negócios de suas subsidiárias dentro do respectivo objeto social; (ii) pagar ou de outra forma quitar, quando devidas, todas as suas obrigações trabalhistas, comerciais e outras; e (iv) estender as medidas dispostas nos itens (i) e (ii) para as sociedades sob seu controle;
- (ee) cumprir rigorosamente com o disposto na legislação em vigor pertinente à Política Nacional do Meio Ambiente, às Resoluções do CONAMA – Conselho Nacional do Meio Ambiente e às demais legislações e regulamentações ambientais supletivas, adotando as medidas e ações preventivas ou reparatórias, destinadas a evitar e corrigir eventuais danos ambientais apurados, decorrentes da atividade descrita em seu objeto social, responsabilizando-se, única e exclusivamente, pela destinação dos recursos financeiros obtidos com a Emissão. Obriga-se, ainda, a Emissora, a proceder a todas as diligências exigidas para a atividade da espécie, preservando o meio ambiente e atendendo às determinações dos órgãos municipais, estaduais e federais, que subsidiariamente venham legislar ou regulamentar as normas ambientais em vigor; e
- (ff) manter sempre válidas e em vigor as licenças e autorizações relevantes para a boa condução dos negócios da Emissora.

## CLÁUSULA VIII AGENTE FIDUCIÁRIO

### 8.1. Nomeação

8.1.1. A Emissora constitui e nomeia a **PENTÁGONO S.A. DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS**, devidamente qualificada no preâmbulo desta Escritura, como Agente Fiduciário da Emissão objeto desta Escritura. O Agente Fiduciário, neste ato e pela melhor forma de direito, aceita a nomeação para, nos termos da lei e da presente Escritura, representar a comunhão dos Debenturistas.

### 8.2. Declaração

8.2.1. O Agente Fiduciário dos Debenturistas, nomeado na presente Escritura, declara, sob as penas da lei:

- (a) não ter qualquer impedimento legal, conforme artigo 66, parágrafo 3º da Lei das Sociedades por Ações, e o artigo 10 da Instrução CVM nº 28 de 23 de novembro de 1983, e as alterações posteriores para exercer a função que lhe é conferida;

- (b) aceitar a função que lhe é conferida, assumindo integralmente os deveres e atribuições previstos na legislação específica e nesta Escritura;
- (c) aceitar integralmente a presente Escritura, todas as suas cláusulas e condições;
- (d) não ter qualquer ligação com a Emissora que o impeça de exercer suas funções;
- (e) estar ciente da Circular nº 1.832, de 31 de outubro de 1990, do Banco Central do Brasil;
- (f) estar devidamente autorizado a celebrar esta Escritura e a cumprir com suas obrigações aqui previstas, tendo sido satisfeitos todos os requisitos legais e estatutários necessários para tanto;
- (g) não se encontrar em nenhuma das situações de conflito de interesse previstas no artigo 10 da Instrução CVM n.º 28 de 23 de novembro de 1983;
- (h) estar devidamente qualificado a exercer as atividades de agente fiduciário, nos termos da regulamentação aplicável vigente;
- (i) que esta Escritura constitui uma obrigação legal, válida, vinculativa e eficaz do Agente Fiduciário, exequível de acordo com os seus termos e condições;
- (j) que a celebração desta Escritura e o cumprimento de suas obrigações aqui previstas não infringem qualquer obrigação anteriormente assumida pelo Agente Fiduciário; e
- (k) que verificou a veracidade das informações contidas nesta Escritura.

### 8.3. Substituição

8.3.1. Nas hipóteses de ausência, impedimentos temporários, renúncia, morte, intervenção, liquidação judicial ou extrajudicial, falência, ou qualquer outro caso de vacância, será realizada, dentro do prazo máximo de 30 (trinta) dias, contados do evento que a determinar, Assembleia Geral de Debenturistas para a escolha do novo Agente Fiduciário, a qual poderá ser convocada pelo próprio Agente Fiduciário a ser substituído, pela Emissora, por Debenturistas que representem 10% (dez por cento), no mínimo, das Debêntures em Circulação, ou pela CVM. Na hipótese da convocação não ocorrer em até 15 (quinze) dias antes do término do prazo acima citado, caberá à Emissora efetuar a convocação, observado o prazo de 15 (quinze) dias para a primeira convocação e 8 (oito) dias para a segunda convocação, sendo certo que a CVM poderá nomear substituto provisório enquanto não se consumar o processo de escolha do novo Agente Fiduciário. A remuneração do novo agente fiduciário

será a mesma que a do Agente Fiduciário substituído, observado o disposto na Cláusula 8.3.6 a seguir.

8.3.2. Na hipótese de não poder o Agente Fiduciário continuar a exercer as suas funções por circunstâncias supervenientes a esta Escritura, deverá comunicar imediatamente o fato aos Debenturistas, pedindo sua substituição.

8.3.3. É facultado aos Debenturistas, após o encerramento do prazo para a distribuição das Debêntures, proceder à substituição do Agente Fiduciário e à indicação de seu substituto, em Assembleia Geral de Debenturistas especialmente convocada para esse fim. A substituição do Agente Fiduciário fica sujeita à sua manifestação acerca do atendimento aos requisitos previstos no artigo 8º da Instrução CVM n.º 28 de 23 de novembro de 1983; e eventuais normas posteriores.

8.3.4. A substituição do Agente Fiduciário deverá ser objeto de aditamento a esta Escritura, devendo o referido aditamento ser arquivado na JUCEA.

8.3.5. O Agente Fiduciário iniciará o exercício de suas funções na data da presente Escritura ou de eventual Aditamento relativo à substituição, devendo permanecer no exercício de suas funções até a data do pagamento integral do saldo devedor do Valor Nominal Unitário corrigido das Debêntures, acrescido de suas respectivas Remunerações, ou até sua efetiva substituição.

8.3.6. Caso ocorra a efetiva substituição do Agente Fiduciário, o substituto receberá a mesma remuneração recebida pelo Agente Fiduciário em todos os seus termos e condições, sendo que a primeira parcela devida ao substituto será calculada *pro rata temporis*, a partir da data de início do exercício de sua função com agente fiduciário. Esta remuneração poderá ser alterada de comum acordo entre a Emissora e o agente fiduciário substituto, desde que previamente aprovada pela Assembleia Geral de Debenturistas.

8.3.7. Aplicam-se às hipóteses de substituição do Agente Fiduciário as normas e preceitos a respeito, baixados por atos da CVM.

#### **8.4. Deveres**

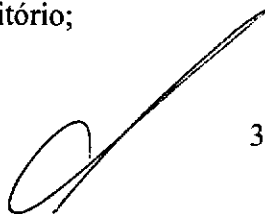
8.4.1. Além de outros previstos em lei, em ato normativo da CVM, ou nesta Escritura, constituem deveres e atribuições do Agente Fiduciário:

- (a) proteger os direitos e interesses dos Debenturistas, empregando, no exercício da função, o cuidado e a diligência que todo homem ativo e probo costuma empregar na administração de seus próprios negócios;

- (b) renunciar à função, na hipótese de superveniência de conflitos de interesse ou de qualquer outra modalidade de inaptidão;
- (c) conservar em boa guarda toda a escrituração, correspondência e demais papéis relacionados com o exercício de suas funções;
- (d) verificar no momento de aceitar a função, a veracidade das informações contidas nesta Escritura, diligenciando para que sejam sanadas as omissões, falhas ou defeitos de que tenha conhecimento;
- (e) promover, nos competentes órgãos, caso a Emissora não o faça, o registro desta Escritura e respectivos Aditamentos, sanando as lacunas e irregularidades porventura neles existentes, sem prejuízo da ocorrência do descumprimento de obrigação não pecuniária pela Emissora. Neste caso, o oficial do registro notificará a administração da Emissora para que esta lhe forneça as indicações e documentos necessários;
- (f) acompanhar a observância da periodicidade na prestação das informações obrigatórias, alertando os Debenturistas acerca de eventuais omissões ou inverdades constantes de tais informações;
- (g) emitir parecer sobre a suficiência das informações constantes das propostas de modificações nas condições das Debêntures;
- (h) solicitar, quando julgar necessário para o fiel desempenho de suas funções, certidões atualizadas dos distribuidores cíveis, das Varas de Fazenda Pública, cartórios de protesto, Juntas de Conciliação e Julgamento, Procuradoria da Fazenda Pública, onde se localiza a sede do estabelecimento principal da Emissora;
- (i) solicitar, às expensas da Emissora, quando considerar necessário, auditoria extraordinária na Emissora, cujos custos deverão ser arcados pela Emissora;
- (j) convocar, quando necessário, a Assembleia Geral de Debenturistas mediante anúncio publicado, pelo menos 3 (três) vezes, nos órgãos de imprensa referidos na Cláusula 4.12, respeitadas outras regras relacionadas à publicação constantes da Lei das Sociedades por Ações e desta Escritura;
- (k) comparecer à Assembleia Geral de Debenturistas a fim de prestar as informações que lhe forem solicitadas;
- (l) elaborar relatório anual destinado aos Debenturistas, nos termos do artigo 68, parágrafo 1º, alínea (b) da Lei das Sociedades por Ações, o qual deverá conter, ao menos, as seguintes informações:

14 10 14

- 1.1 eventual omissão ou incorreção de que tenha conhecimento, contida nas informações divulgadas pela Emissora ou ainda, o inadimplemento ou atraso na obrigatória prestação de informações pela Emissora;
  - 1.2 alterações estatutárias ocorridas no período;
  - 1.3 comentários sobre as demonstrações contábeis da Emissora enfocando os indicadores econômicos, financeiros e de estrutura de capital da Emissora;
  - 1.4 posição da distribuição ou colocação das Debêntures no mercado;
  - 1.5 resgates, inclusive antecipado, amortização e pagamentos realizados no período, bem como aquisições e vendas de Debêntures efetuadas pela Emissora;
  - 1.6 relação dos bens e valores eventualmente entregues à sua administração;
  - 1.7 acompanhamento da destinação dos recursos captados através da emissão de Debêntures, de acordo com os dados obtidos junto aos administradores da Emissora;
  - 1.8 cumprimento de outras obrigações assumidas pela Emissora neste instrumento, inclusive quanto à manutenção dos índices financeiros previstos na Cláusula 6.1(y);
  - 1.9 declaração sobre sua aptidão para continuar exercendo a função de Agente Fiduciário; e
  - 1.10 existência de outras emissões de debêntures, públicas ou privadas, realizadas por sociedade coligada, controlada, controladora ou integrante do mesmo grupo da Emissora em que tenha atuado como agente fiduciário no período, bem como os dados sobre tais emissões previstos no artigo 12, inciso XVII, alínea (k), itens 1 a 7, da Instrução CVM 28.
- (m) disponibilizar o relatório de que trata a alínea "l" desta Cláusula aos Debenturistas no prazo máximo de 04 (quatro) meses a contar do encerramento do exercício social da Emissora, ao menos nos seguintes locais:
- m.1 na sede da Emissora;
  - m.2 no seu escritório;



14 10 14  
JUN 09

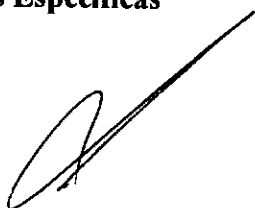
m.3 na CVM;

m.4 na CETIP; e

m.5 na sede do Coordenador Líder.

- (n) publicar, às expensas da Emissora, nos órgãos da imprensa referidos na Cláusula 4.12 desta Escritura, anúncio comunicando aos Debenturistas que o relatório se encontra à sua disposição nos locais indicados no inciso “m” acima;
- (o) manter atualizada a relação dos Debenturistas e seus endereços, mediante, inclusive, gestões junto à Emissora, ao Banco Escriturador, Banco Mandatário e à CETIP, sendo que, para fins de atendimento ao disposto nesta alínea, a Emissora e os Debenturistas, mediante subscrição e integralização das Debêntures expressamente autorizam, desde já, o Banco Escriturador, o Banco Mandatário e a CETIP a atenderem quaisquer solicitações feitas pelo Agente Fiduciário, inclusive referente à divulgação, a qualquer momento, da posição de Debêntures, e seus respectivos Debenturistas;
- (p) fiscalizar o cumprimento das cláusulas constantes desta Escritura, especialmente daquelas impositivas de obrigações de fazer e de não fazer;
- (q) notificar os Debenturistas, se possível individualmente, no prazo máximo de 10 (dez) dias, da ciência de qualquer inadimplemento, pela Emissora, de obrigações assumidas na presente Escritura, indicando o local em que fornecerá aos interessados maiores esclarecimentos. Comunicação de igual teor deve ser enviada:
  - q.1 à CVM; e
  - q.2 à CETIP.
- (r) acompanhar anualmente a manutenção dos índices financeiros previstos na Cláusula 6.1(y) acima e informar imediatamente os Debenturistas de qualquer descumprimento dos referidos índices financeiros; e
- (s) disponibilizar aos Debenturistas e aos demais participantes do mercado através de sua central de atendimento e/ou através do site <http://www.pentagonotrustee.com.br>, o Valor Nominal Unitário a ser calculado pela Emissora.

#### 8.5. Atribuições Específicas





8.5.1. O Agente Fiduciário utilizará quaisquer procedimentos judiciais ou extrajudiciais, contra a Emissora, para a proteção e defesa dos interesses da comunhão dos Debenturistas e da realização de seus créditos, devendo em caso de inadimplemento da Emissora:

- (a) declarar, observadas as condições da presente Escritura, antecipadamente vencidas as Debêntures e cobrar seu principal e acessórios;
- (b) tomar qualquer providência necessária para a realização dos créditos dos Debenturistas;
- (c) requerer a falência da Emissora; e
- (d) representar os Debenturistas em processo de falência, recuperação judicial, intervenção ou liquidação extrajudicial da Emissora.

8.5.2. O Agente Fiduciário somente se eximirá da responsabilidade pela não adoção das medidas contempladas nas alíneas (a) a (c) da Cláusula 8.5.1 acima se, convocada a Assembleia Geral de Debenturistas, esta assim o autorizar por deliberação da unanimidade dos titulares das Debêntures em Circulação. Com relação ao disposto na alínea (a) da Cláusula 8.5.1 acima, deverá ser observado o disposto na Cláusula Sexta desta Escritura.

8.5.3. O Agente Fiduciário não emitirá qualquer tipo de opinião ou fará qualquer juízo sobre a orientação acerca de qualquer fato da emissão que seja de competência de definição pelos Debenturistas, comprometendo-se tão somente a agir em conformidade com as instruções que lhe forem transmitidas pelos Debenturistas. Neste sentido, o Agente Fiduciário não possui qualquer responsabilidade sobre o resultado ou sobre os efeitos jurídicos decorrentes do estrito cumprimento das orientações dos Debenturistas a ele transmitidas conforme definidas pelos Debenturistas e reproduzidas perante a Emissora, independentemente de eventuais prejuízos que venham a ser causados em decorrência disto aos Debenturistas ou à Emissora. A atuação do Agente Fiduciário limita-se ao escopo da Instrução nº 28 da CVM, conforme alterada e dos artigos aplicáveis da Lei das Sociedades por Ações, estando este isento, sob qualquer forma ou pretexto, de qualquer responsabilidade adicional que não tenha decorrido da legislação aplicável.

8.5.4. Sem prejuízo do dever de diligência do Agente Fiduciário, o Agente Fiduciário assumirá que os documentos originais ou cópias autenticadas de documentos encaminhados pela Emissora ou por terceiros a seu pedido não foram objeto de fraude ou adulteração. Não será ainda, sob qualquer hipótese, responsável pela elaboração de documentos societários da Emissora, que permanecerão sob obrigação legal e regulamentar da Emissora elaborá-los, nos termos da legislação aplicável.

8.5.5. Os atos ou manifestações por parte do Agente Fiduciário, que criarem responsabilidade para os Debenturistas e/ou exonerarem terceiros de obrigações para com

eles, bem como aqueles relacionados ao devido cumprimento das obrigações assumidas neste instrumento, somente serão válidos quando previamente assim deliberado pelos Debenturistas reunidos em Assembleia Geral.

14.10.14  
JORN

## **8.6. Remuneração do Agente Fiduciário**

8.6.1. Será devida ao Agente Fiduciário, a título de honorários pelo desempenho dos deveres e atribuições que lhe competem, nos termos da lei e desta Escritura, uma remuneração anual de R\$ 8.000,00 (oito mil reais), sendo a primeira parcela devida no 5º (quinto) Dia Útil contado da data de assinatura desta Escritura e as demais no mesmo dia dos anos subsequentes.

8.6.2. As parcelas citadas na cláusula 8.6.1 supra serão reajustadas pela variação acumulada do Índice Geral de Preços – Mercado, calculado e divulgado pela Fundação Getúlio Vargas (o “IGP-M”) ou, na falta deste ou na impossibilidade de sua utilização, pelo índice que vier a substituí-lo, a partir da data do primeiro pagamento, até as datas de pagamento seguintes, calculadas *pro rata die*, se necessário. A remuneração será devida mesmo após o vencimento final das Debêntures, caso o Agente Fiduciário ainda esteja atuando na cobrança de inadimplências não sanadas pela Emissora.

8.6.3. As parcelas citadas nos itens acima serão acrescidas dos seguintes impostos: ISS (Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza), PIS (Contribuição ao Programa de Integração Social), COFINS (Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social) e quaisquer outros impostos que venham a incidir sobre a remuneração do Agente Fiduciário, excetuando-se o IR (Imposto de Renda), nas alíquotas vigentes nas datas de cada pagamento.

8.6.4. Em caso de mora no pagamento de qualquer quantia devida, os débitos em atraso ficarão sujeitos a multa contratual de 2% (dois por cento) sobre o valor do débito, bem como a juros moratórios de 1% (um por cento) ao mês, ficando o valor do débito em atraso sujeito a atualização monetária pelo IGP-M, incidente desde a data da inadimplência até a data do efetivo pagamento, calculado *pro rata die*.

8.6.5. O pagamento da remuneração do Agente Fiduciário será feito mediante depósito na conta corrente a ser indicada por este no momento oportuno, servindo o comprovante do depósito como prova de quitação do pagamento.

## **8.7. Despesas**

8.7.1. A Emissora ressarcirá o Agente Fiduciário de todas as despesas razoáveis e usuais

que tenha, comprovadamente, incorrido para proteger os direitos e interesses dos Debenturistas ou para realizar seus créditos.

8.7.2. O Agente Fiduciário fica desde já ciente e concorda com o risco de não ter tais despesas reembolsadas caso não tenham sido previamente aprovadas e realizadas em discordância com (i) critérios de bom senso e razoabilidade geralmente aceitos em relações comerciais do gênero, e (ii) a função fiduciária que lhe é inerente.

8.7.3. O ressarcimento a que se refere esta Cláusula será efetuado, em 10 (dez) Dias Úteis, após a realização da respectiva prestação de contas à Emissora.

8.7.4. No caso de inadimplemento da Emissora, todas as despesas com procedimentos legais, inclusive as administrativas, em que o Agente Fiduciário venha a incorrer para resguardar os interesses dos Debenturistas deverão ser, sempre que possível, previamente aprovadas e adiantadas pelos Debenturistas, e posteriormente, conforme previsto em lei, ressarcidas pela Emissora, desde que devidamente comprovadas. Tais despesas a serem adiantadas pelos Debenturistas incluem também os gastos com honorários advocatícios de terceiros, depósitos, custas e taxas judiciais de ações propostas pelo Agente Fiduciário ou decorrentes de ações intentadas contra ele no exercício de sua função, ou ainda que lhe causem prejuízos ou riscos financeiros, enquanto representante da comunhão dos Debenturistas. As eventuais despesas, depósitos e custas judiciais decorrentes da sucumbência em ações judiciais serão igualmente suportadas pelos Debenturistas, bem como a remuneração e as despesas reembolsáveis do Agente Fiduciário, na hipótese de a Emissora permanecer em inadimplência com relação ao pagamento destas por um período superior a 10 (dez) dias, podendo o Agente Fiduciário solicitar garantia prévia aos Debenturistas para cobertura do risco de sucumbência.

8.7.5. As despesas a que se refere esta Cláusula compreenderão, inclusive, aquelas incorridas com:

- (a) publicação de relatórios, avisos e notificações, conforme previsto nesta Escritura, e outras que vierem a ser exigidas por regulamentos aplicáveis;
- (b) extração de certidões e despesas cartorárias e com correios quando necessárias ao desempenho da função de Agente Fiduciário;
- (c) despesas com *conference calls* e contatos telefônicos;
- (d) locomoções entre Estados da Federação e respectivas hospedagens e alimentação, quando necessárias ao desempenho das funções; e
- (e) eventuais levantamentos adicionais e especiais ou periciais que vierem a ser imprescindíveis, se ocorrerem omissões e/ou obscuridades nas informações pertinentes aos estritos interesses dos Debenturistas.

14 10 14

8.7.6. O crédito do Agente Fiduciário por despesas que tenha feito para proteger direitos e interesses ou realizar créditos dos Debenturistas, que não tenha sido salgado na forma descrita nas Cláusulas 8.7.1 e 8.7.2 acima, será acrescido à dívida da Emissora e gozará das mesmas garantias das Debêntures, preferindo a estas na ordem de pagamento.

## **CLÁUSULA IX**

### **ASSEMBLEIA GERAL DE DEBENTURISTAS**

À Assembleia Geral de Debenturistas aplicar-se-á ao disposto no artigo 71 da Lei das Sociedades por Ações.

#### **9.1. Convocação**

9.1.1. A Assembleia Geral de Debenturistas pode ser convocada pelo Agente Fiduciário, pela Emissora, por Debenturistas que representem, no mínimo, 10% (dez por cento) das Debêntures, conforme definido na Cláusula 9.2.2, ou pela CVM.

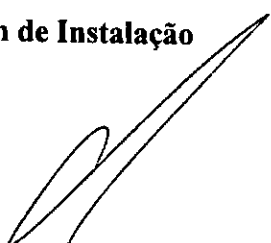
9.1.2. A convocação se dará mediante anúncio publicado, pelo menos 3 (três) vezes, nos órgãos de imprensa nos quais a Emissora deve efetuar suas publicações, respeitadas outras regras relacionadas à publicação de anúncio de convocação de assembleias gerais constantes da Lei das Sociedades por Ações, da regulamentação aplicável e desta Escritura.

9.1.3. Independentemente das formalidades previstas em lei e nesta Escritura, será considerada regular a Assembleia Geral de Debenturistas em que comparecerem os titulares de todas as Debêntures em Circulação.

9.1.4. As Assembleias Gerais de Debenturistas deverão ser realizadas em prazo mínimo de 15 (quinze) dias, contados da data da primeira publicação da convocação. A Assembleia Geral de Debenturista em segunda convocação somente poderá ser realizada em, no mínimo, 8 (oito) dias após a data marcada para a instalação da Assembleia Geral de Debenturistas em primeira convocação.

9.1.5. As deliberações tomadas pelos Debenturistas, no âmbito de sua competência legal, observados os quóruns estabelecidos nesta Escritura, serão existentes, válidas e eficazes perante a Emissora e obrigarão a todos os titulares das Debêntures em Circulação, conforme definido na Cláusula 9.2.2 a seguir, independentemente de terem comparecido à Assembleia ou do voto proferido na respectiva Assembleia Geral de Debenturistas.

#### **9.2. Quorum de Instalação**



9.2.1. A Assembleia Geral de Debenturistas se instalará, em primeira convocação, com a presença de Debenturistas que representem a metade, no mínimo, de Debêntures em Circulação, conforme definido na Cláusula 9.2.2 a seguir e, em segunda convocação, com qualquer quorum.

9.2.2. Para efeito da constituição de todos e quaisquer dos quóruns de instalação e/ou deliberação da Assembleia Geral de Debenturistas previstos nesta Escritura, consideram-se "Debêntures em Circulação" todas as Debêntures subscritas em circulação no mercado, excluídas aquelas mantidas em tesouraria pela Emissora e as de titularidade de empresas controladas ou coligadas pela Emissora (diretas ou indiretas), controladoras (ou grupo de controle) sociedades sob controle comum ou administradores da Emissora, incluindo, mas não se limitando, pessoas direta ou indiretamente relacionadas a qualquer das pessoas anteriormente mencionadas.

### **9.3. Quorum de Deliberação**

9.3.1. Nas deliberações das Assembleias Gerais de Debenturistas, a cada Debênture em Circulação caberá um voto, admitida a constituição de mandatário, Debenturista ou não. Exceto pelo disposto na Cláusula 9.3.2 a seguir, todas as deliberações a serem tomadas em Assembleia Geral de Debenturistas dependerão de aprovação de Debenturistas representando, no mínimo, 75% (setenta e cinco) das Debêntures em Circulação.

9.3.2. Não estão incluídos no quorum a que se refere a Cláusula 9.3.1 acima:

- I. os quóruns expressamente previstos em outras Cláusulas desta Escritura;
- II. as seguintes alterações, que deverão ser aprovadas por Debenturistas representando, no mínimo, 90% (noventa por cento) das Debêntures em Circulação (a) da Remuneração das Debêntures ; (b) de quaisquer datas de pagamento aos titulares de Debêntures de quaisquer valores previstos nesta Escritura; (c) da espécie das Debêntures; (d) alteração e/ou exclusão das hipóteses de vencimento antecipado, previstas nesta Escritura; e (e) qualquer alteração nas Garantias, previstas nesta Escritura;
- III. a renúncia do exercício do vencimento antecipado deverá ser aprovadas por Debenturistas representando, no mínimo de 75% (setenta e cinco por cento) das Debêntures em Circulação.

9.3.3. As alterações dos quóruns estabelecidos nesta Escritura e/ou das disposições estabelecidas nesta Cláusula 9.3 deverão ser aprovadas, seja em primeira convocação da Assembleia Geral de Debenturistas ou em qualquer outra subsequente, por Debenturistas que representem 90% (noventa por cento) das Debêntures em Circulação.

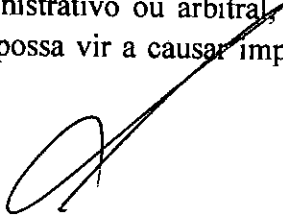
14 10 14

10:00

**CLÁUSULA X**  
**DECLARAÇÕES E GARANTIAS DA EMISSORA E DO GARANTIDOR**

10.1 A Emissora e o Garantidor declaram e garantem ao Agente Fiduciário, na data da assinatura desta Escritura, que:

- (a) estão devidamente autorizados a celebrar esta Escritura e a cumprir todas as obrigações nela previstas, tendo, então, sido satisfeitos todos os requisitos legais e estatutários necessários para tanto;
- (b) a celebração desta Escritura e o cumprimento das obrigações aqui previstas não infringem qualquer disposição legal, contrato ou instrumento do qual seja parte, nem resultarão em (i) vencimento antecipado de qualquer obrigação estabelecida em qualquer desses contratos ou instrumentos, ou (ii) rescisão de qualquer desses contratos ou instrumentos;
- (c) as obrigações assumidas nesta Escritura constituem obrigações legalmente válidas e vinculantes da Emissora e do Garantidor, exequíveis de acordo com os seus termos e condições, com força de título executivo extrajudicial nos termos do artigo 585 do Código de Processo Civil Brasileiro, exceto que sua execução poderá estar limitada por leis relativas à falência, insolvência, recuperação, liquidação ou leis similares afetando a execução de direitos de credores em geral;
- (d) têm todas as autorizações e licenças (inclusive ambientais) exigidas pelas autoridades federais, estaduais e municipais relevantes para o exercício de suas atividades, estando todas elas válidas;
- (e) exceto com relação àqueles que estejam sendo questionados de boa fé, estão cumprindo leis, regulamentos, normas administrativas e determinações dos órgãos governamentais, autarquias ou tribunais, aplicáveis à condução de seus negócios;
- (f) as demonstrações financeiras da Emissora e do Garantidor representam corretamente sua posição financeira nas datas a que se referem e foram devidamente elaboradas em conformidade com os princípios contábeis geralmente aceitos no Brasil;
- (g) não têm conhecimento da existência de qualquer ação judicial, procedimento administrativo ou arbitral, inquérito ou outro tipo de investigação governamental que possa vir a causar impacto substancial e adverso à Emissora e ao Garantidor,



além daqueles mencionados nas demonstrações financeiras e informações trimestrais disponibilizadas pela Emissora à CVM e ao mercado;

- (h) manterão em vigor toda a estrutura de contratos e demais acordos existentes necessários para assegurar à Emissora a manutenção das suas condições atuais de operação e funcionamento;
- (i) os documentos e informações fornecidos ao Agente Fiduciário são materialmente corretos e estão atualizados até a data em que foram fornecidos e incluem os documentos e informações relevantes para a tomada de decisão de investimento sobre a Emissora, tendo sido disponibilizadas, informações sobre as transações relevantes da Emissora, bem como sobre os direitos e obrigações materialmente relevantes delas decorrentes;
- (j) não omitiram ou omitirão nenh um fato, de qualquer natureza, que seja de seu conhecimento e que possa resultar em alteração substancial adversa da sua situação econômico-financeira ou jurídica em prejuízo dos Investidores Qualificados interessados em adquirir Debêntures;
- (k) são sociedades por ações devidamente organizada, constituída e existente sob a forma de companhia fechada de acordo com as leis brasileiras;
- (l) não têm qualquer ligação com o Agente Fiduciário que impeça o Agente Fiduciário de exercer, plenamente, suas funções com relação a esta Emissão;
- (m) não têm conhecimento de fato que impeça o Agente Fiduciário de exercer, plenamente, suas funções, nos termos da Lei das Sociedades por Ações e demais normas aplicáveis, inclusive regulamentares;
- (n) estão adimplentes com o cumprimento das obrigações constantes desta Escritura;
- (o) os representantes legais da Emissora e do Garantidor que assinam esta Escritura têm poderes societários e/ou delegados para assumir, em nome da Emissora e do Garantidor, as obrigações ora estabelecidas e, sendo mandatários, tiveram os poderes legitimamente outorgados, estando os respectivos mandatos em pleno vigor; e
- (p) inexistência de violação ou indício de violação de qualquer dispositivo legal ou regulatório, nacional ou estrangeiro, relativo à prática de corrupção ou de atos lesivos à administração pública, incluindo, sem limitação, a Lei nº 12.846/13, conforme aplicável, pela Emissora ou suas coligadas e controladas.

10.2 A Emissora e o Garantidor se comprometem a notificar, em até 3 (três) Dias Úteis, os Debenturistas e o Agente Fiduciário caso quaisquer das declarações prestadas na presente Escritura tornem-se total ou parcialmente inverídicas, incompletas ou incorretas.

## CLÁUSULA XI FIANÇA DO GARANTIDOR

11.1 O Garantidor assume, em caráter irrevogável e irretratável, a condição de fiador e principal pagador, solidariamente responsáveis entre si e com a Emissora, de todos os valores devidos nos termos desta Escritura e em conformidade com o artigo 818 da Lei n.º 10.406, de 10 de janeiro de 2002, conforme alterada (o "Código Civil").

11.2 O valor da Fiança é limitado ao valor total das obrigações inerentes à Emissão, o qual inclui: (i) o Valor Nominal Unitário corrigido das Debêntures, acrescidos das respectivas Remunerações e dos Encargos Moratórios e Multa, se for o caso, calculados nos termos desta Escritura; bem como (ii) todos os acessórios ao principal, inclusive as despesas judiciais, remuneração e despesas com Agente Fiduciário, Banco Mandatário e Escriturador, verbas indenizatórias, quando houver, custos com honorários advocatícios, comprovadamente incorridos pelo Agente Fiduciário ou pelos Debenturistas em decorrência de processos, procedimentos, outras medidas judiciais ou extra judiciais, considerando-se para tanto o trânsito em julgado dos referidos processos, procedimentos e quaisquer outras medidas judiciais ou extra judiciais favoráveis ao Agente Fiduciário ou aos Debenturistas (o "Valor Garantido").

11.3 O Valor Garantido deverá ser pago por qualquer Garantidor, em até 2 (dois) Dias Úteis após o recebimento de notificação por escrito do Agente Fiduciário nesse sentido, que deverá ser acompanhada, quando aplicável, de comprovantes das despesas incorridas. Tal notificação deverá ser imediatamente emitida pelo Agente Fiduciário após a ocorrência da falta de pagamento pela Emissora de qualquer valor devido em relação às Debêntures na data de pagamento definida nesta Escritura. O pagamento deverá ser realizado fora do âmbito da CETIP e de acordo com instruções recebidas do Agente Fiduciário.

11.4 O Garantidor expressamente renuncia aos benefícios de ordem, direitos e faculdades de exoneração de qualquer natureza previstos nos artigos 333, parágrafo único, 366, 821, 827, 829, parágrafo único, 830, 834, 835, 836, 837, 838 e 839 do Código Civil e artigos 77 e 595 da Lei n.º 5.869, de 11 de janeiro de 1973, conforme alterada (o "Código de Processo Civil").

11.5 Nenhuma objeção ou oposição da Emissora poderá, ainda, ser admitida ou invocada por qualquer Garantidor com o fito de escusar-se do cumprimento de suas obrigações perante os Debenturistas.



11.6 O Garantidor sub-rogar-se-á nos direitos dos Debenturistas caso venham a honrar, total ou parcialmente, a Fiança objeto desta Cláusula XI, sendo certo que o Garantidor obrigam-se a somente exigir tais valores da Emissora após os Debenturistas terem recebido integralmente o Valor Garantido.

11.7 A presente Fiança entrará em vigor na Data de Emissão das Debêntures e permanecerá válida em todos os seus termos até a data do integral cumprimento, pela Emissora, de todas as suas obrigações nos termos da presente Escritura.

11.8 Fica desde já certo e ajustado que a inobservância, pelo Agente Fiduciário, dos prazos para execução da Fiança em favor dos Debenturistas não ensejará, sob hipótese nenhuma, perda de qualquer direito ou faculdade aqui previsto, podendo a Fiança ser executada e exigida pelo Agente Fiduciário, judicial ou extrajudicialmente, quantas vezes forem necessárias até a integral liquidação do Valor Garantido, devendo o Agente Fiduciário, para tanto, notificar imediatamente a Emissora e o Garantidor.

11.9 O Agente Fiduciário declara, com base nas demonstrações financeiras e declarações encaminhadas pelo Garantidor, que verificou que, na Data de Emissão, o valor do patrimônio dos mesmos é suficiente para quitar o saldo devedor das Debêntures.

## CLÁUSULA XII DISPOSIÇÕES GERAIS

### 12.1 Comunicações

12.1.1. As comunicações a serem enviadas por qualquer das partes nos termos desta Escritura deverão ser encaminhadas para os seguintes endereços:

**Para a Emissora:**

**Videolar S.A.**

Avenida Tamboré, 25, Alphaville. Barueri - SP

CEP: 69.075-020 – Manaus - AM

At.: Sra. Tatiane Dias

Tel.: (11) 4197 7095

Fax: (11) 4197 7310

E-mail: [tatiane.dias@videolar.com](mailto:tatiane.dias@videolar.com)

**Para o Garantidor:**

**Sr. Lirio Albino Parisotto**

Avenida Tamboré, 25, Alphaville. Barueri - SP

At.: Sr. Lirio Albino Parisotto

Tel.: (11) 4197 7015

Fax: (11) 4197 7310

E-mail: Lirio.Parisotto@videolar.com

14 10 14

**Para o Agente Fiduciário:**

**Pentágono S.A. Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários**

Avenida das Américas, nº 4.200, bloco 08, ala B, salas 303 e 304 – Barra da Tijuca, RJ  
CEP: 22640-102 – Rio de Janeiro – RJ

At.: Sras. Nathalia Machado Loureiro, Marcelle Motta Santoro e Sr. Marco Aurélio Ferreira  
Telefone: (21) 3385-4565

Fax: (21) 3385-4565

E-mail: operacional@pentagonotrustee.com.br

11039

**Para o Banco Liquidante e Escriturador Mandatário:**

**Banco Citibank S.A.**

Endereço: Avenida Paulista, 1.111, 6º andar  
São Paulo, SP

At.: Sra. Lia Nara Tretel/ Sra. Paula Gomes Castilho

Tel.: (11) 4009-5391/ (11) 4009-7088

Fax: (11) 2122-2057

E-mail: [lia.nara.tretel@citi.com](mailto:lia.nara.tretel@citi.com)/ [paulagomescastilho@citi.com](mailto:paulagomescastilho@citi.com)

**Para a CETIP**

Avenida Brigadeiro Faria Lima, nº 1663, 1º andar, Jardim Paulistano  
São Paulo, SP - CEP 01452-001

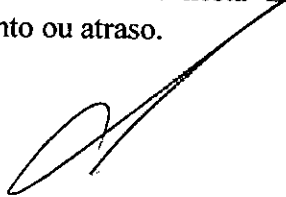
Tel.: (11) 3111-1400

Fax: (11) 3111-1563

12.1.2 As comunicações serão consideradas entregues quando recebidas sob protocolo ou com “aviso de recebimento” expedido pela Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos, por fax ou por telegrama nos endereços acima. Os originais dos documentos enviados por fax ou por correio eletrônico deverão ser encaminhados para os endereços acima em até 2 (dois) Dias Úteis após o envio da mensagem.

**12.2 Renúncia**

12.2.1 Não se presume a renúncia a qualquer dos direitos decorrentes da presente Escritura. Desta forma, nenhum atraso, omissão ou liberalidade no exercício de qualquer direito, faculdade ou remédio que caiba ao Agente Fiduciário e/ou aos Debenturistas em razão de qualquer inadimplemento da Emissora prejudicará tais direitos, faculdades ou remédios, ou será interpretado como constituindo uma renúncia aos mesmos ou concordância com tal inadimplemento, nem constituirá novação ou modificação de quaisquer outras obrigações assumidas pela Emissora nesta Escritura ou precedente no tocante a qualquer outro inadimplemento ou atraso.



14 10 14

### 12.3 Custos de Registro

12.3.1 Todos e quaisquer custos incorridos em razão do registro desta Escritura e seus eventuais Aditamentos, e dos atos societários relacionados a esta Emissão, nos registros competentes, serão de responsabilidade exclusiva da Emissora.

### 12.4 Lei Aplicável

12.4.1 Esta Escritura é regida pelas Leis da República Federativa do Brasil.

### 12.5 Datas

12.5.1 Para fins da presente Escritura, "Dia(s) Útil(eis)" significa qualquer dia, exceção feita aos sábados, domingos, feriados nacionais e dias em que não haja expediente bancário Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo.

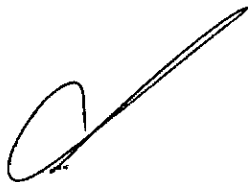
### 12.6 Foro

12.6.1 Fica eleito o foro da comarca de São Paulo, Estado de São Paulo, com expressa renúncia de todos os outros, por mais privilegiados que sejam ou possam vir a ser, como competente para dirimir quaisquer controvérsias oriundas desta Escritura.

Estando assim, as partes, certas e ajustadas, firmam o presente instrumento, em 10 (dez) vias de igual teor e forma, juntamente com 2 (duas) testemunhas, que também o assinam.

São Paulo, 07 de outubro de 2014.

[O RESTANTE DESTA PÁGINA FOI INTENCIONALMENTE DEIXADO EM BRANCO]



[Página de Assinaturas 01 de 04 do Instrumento Particular de Escritura da 1ª Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie com Garantia Real e com Garantia Fidejussória em Série Única, para Distribuição Pública com Esforços Restritos de Distribuição da Videolar S.A.]

J.D. SILVEIRA

VIDEOLAR S.A.

Nome: Lirio Albino Parisotto  
Cargo: Diretor

0106AA308944

Reconheço por semelhança e com valor econômico a(s) firma(s) de:  
LIRIO ALBINO PARISOTTO. Dou fé.  
Dist. de Jd. Silveira - Barueri-SP, 07 de outubro de 2014.

Em test. da verdade:   
RAFAEL PRANDINI CANSANZE - OFICIAL SUBSTITUTO  
Reg: 4855494850484952495553515249 Unitário: R\$ 6,80 Total: R\$ 6,80

OFICIAL DE REGISTRO CIVIL DAS PESSOAS  
NATURAIS TABELÃO DE NOTAS DO DISTRITO  
DE JARDIM SILVEIRA - BARUERI - SP  
Rafael Prandini Cansanze  
OFICIAL SUBSTITUTO

Cartório  
J.D.  
SILVEIRA

Oficial de Registro Civil das Pessoas Naturais e Tabelião de Notas  
do Distrito de Jardim Silveira - Comarca de Barueri - SP  
Bof. Conceição Aparecida Prandini dos Anjos - OFICIAL/TABELIÃO  
Rua D. Elias Kraide, 113 - Jd. Silveira - Barueri - SP - CEP: 06133-260  
www.cartoriojdsilveira.com.br - Tel.: 4194.0442 - 4194.0657 - 4194.6224 - 4194.6225

8

[Página de Assinaturas 02 de 04 do Instrumento Particular de Escritura da 1ª Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie com Garantia Real e com Garantia Fidejussória, em Série Única, para Distribuição Pública com Esforços Restritos de Distribuição, da Videolar S.A.]

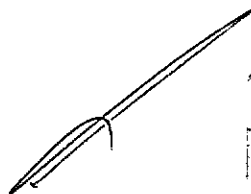
DE NOTAS  
o  
alho  
de

PENTÁGONO S.A. DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS

Rosane Basilio



Nome: Rosane da Silva Basilio  
Cargo: Procuradora  
RG: 41.295.392-4  
CPF: 421.493.088-60



**12º TABELIÃO de NOTAS**  
CARTÓRIO DO 12º TABELIÃO DE NOTAS  
Alameda Santos, 1470 - São Paulo - SP - Cep 01418-100  
BEL. HOMERO SANTOS - DOUTOR - Tel. (11) 3548-6277 - Fax (11) 3284-6362

Reconheço por semelhança a firma: ROSANE DA SILVA BASILIO, a qual confere com o padrão depositado em Cartório.  
São Paulo, 08 de Outubro de 2014.  
Em testemunho da verdade.  
Cleber Gonçalves - Escrevente Autorizado  
1410081167024 Firma: R\$ 6,80 Total: R\$ 6,80

**CARTÓRIO DO 12º TABELIÃO DE NOTAS**  
AL SANTOS, 1470  
Elaine Xavier Fialho  
Escrevente Autorizado

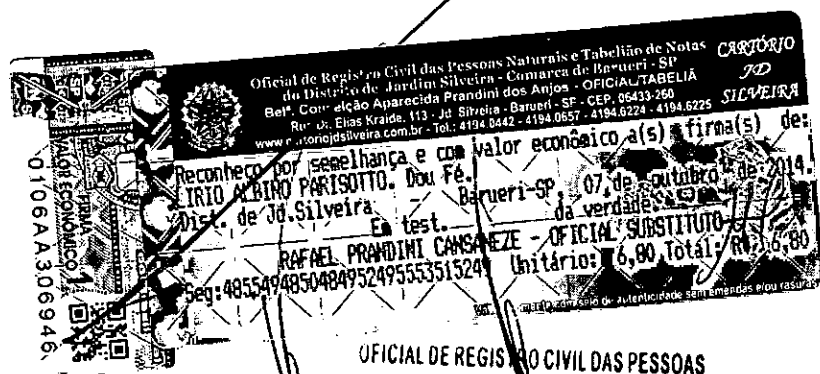
1042AA898151

8

[Página de Assinaturas 03 de 04 do Instrumento Particular de Escritura da 1ª Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie com Garantia Real e com Garantia Fidejussória, em Série Única, para Distribuição Pública com Esforços Restritos de Distribuição, da Videolar S.A.]

Garantidor:

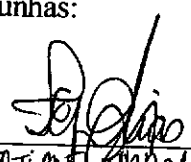
SR. LIRIO ALBINO PARISOTTO

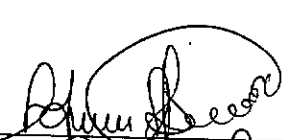


OFICIAL DE REGISTRO CIVIL DAS PESSOAS  
NATURAIS TABELIÃO E NOTAS DO DISTRITO  
DE JARDIM SILVEIRA \* BARUERI - SP  
Rafael Prandini Cansaneze  
OFICIAL SUBSTITUTO

[Página de Assinaturas 04 de 04 do Instrumento Particular de Escritura da 1ª Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie com Garantia Real e com Garantia Fidejussória, em Série Única, para Distribuição Pública com Esforços Respeitosos de Distribuição, da Videolar S.A.]

Testemunhas:

  
Nome: TATIANE SEMANELE PERES DIAS  
CPF: 293.115.978-64

  
Nome: Ana Paula Oliveira  
CPF: 216.001.828-PR

